



SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

ÍDILA MUNIZ GOMES GUIMARÃES SAMPAIO

**EDUCAÇÃO INTEGRAL E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: UMA
ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO À LUZ DO
PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA**

Salvador-Ba

2016

ÍDILA MUNIZ GOMES GUIMARÃES SAMPAIO

**EDUCAÇÃO INTEGRAL E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: UMA
ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO À LUZ DO
PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Kátia Siqueira de Freitas
Universidade Católica do Salvador (Presidente/Orientadora)

Prof.^a Dr.^a. Celeste Maria Pacheco de Andrade
Universidade do Estado da Bahia

Prof.^a Dr.^a. Maria de Fátima Pessôa Lepikson
Universidade Católica do Salvador

Salvador-Ba

2016

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

S192 Sampaio, Ídila Muniz Gomes Guimarães.

Educação integral e formação para a cidadania: uma análise do Projeto Político Pedagógico à luz do pensamento de Anísio Teixeira/ Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio. – Salvador, 2016.
100 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Profa. Dra. Kátia Siqueira de Freitas.

1. Projeto Político Pedagógico – Escola Parque – Salvador /BA
2. Educação integral 3. Política de educação 4. Cidadania I. Título.

CDU 37:342.7(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

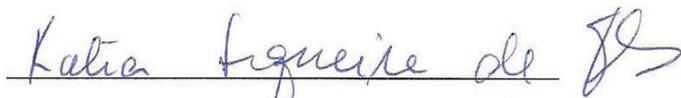
ÍDILA MUNIZ GOMES GUIMARAES SAMPAIO

“EDUCAÇÃO INTEGRAL E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PARQUE, SALVADOR, BAHIA, BRASIL À LUZ DO PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA”.

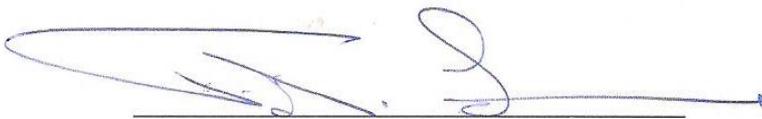
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 16 de novembro de 2016.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Kátia Siqueira de Freitas – Orientadora/UCSal



Profa. Dra. Maria de Fátima Pessôa Lepikson- UCSal



Profa. Dra. Celeste Maria Pacheco de Andrade – UNEB



Dedico este trabalho de pesquisa a todos aqueles que estão envolvidos nos ideais da educação.

AGRADECIMENTOS

São tantos e tão especiais...

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e por conceder força e determinação para concretização da minha pesquisa.

Ao meu esposo, Nilton Sampaio e ao meu filho Matheus Sampaio, por tudo: pelo companheirismo, as reflexões, a firmeza nas horas mais difíceis, o apoio fundamental na infraestrutura familiar, sem palavras...

À minha família. Aos meus pais, João Lopes Guimarães e Yêda Muniz Gomes Guimarães, e aos meus irmãos, Sandra Muniz e João Kleber Muniz, pelas palavras de amor e incentivo, e à minha avó materna (*in memoriam*), pelo carinho eterno.

À Prof.^a Dr.^a Kátia Siqueira de Freitas, orientadora querida, sempre tão atenciosa, receptiva e, acima de tudo, uma fonte de inspiração.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa – Gestão e Avaliação de Políticas Públicas Sociais (GAPPS) –, da UCSal, pelo apoio e contribuições ao longo do meu processo de formação, em especial, às amigas, Ailana Freitas e Luanda Almeida.

Aos professores do curso de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, pelas trocas de experiências e demais contribuições no processo de aprendizagem.

Às professoras Dr.^a Celeste Maria Pacheco de Andrade e Dr.^a Maria de Fátima Pessoa Lepikson, pelas palavras de incentivo e pelas sugestões que deram para o enriquecimento da minha pesquisa.

À coordenadora do curso, Prof.^a Dr.^a Ângela Borges minha fonte de inspiração desde a graduação. Obrigada pela dedicação e compromisso com a formação dos estudantes.

À minha amiga, Ana Cristina Silva Meira, que me apoiou, ao longo do curso, com palavras de incentivo, motivação... verdadeira parceira. Você tem um lugar especial no meu coração!

Ao Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque –, pelo acolhimento e contribuição para concretização dessa pesquisa. Em especial Sr. Gedean Ribeiro do Nascimento e Sr.^a Ivonilde Andrade, pela confiança e apoio, ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa.

A todos que entrevistei, pela confiança em prestarem seus depoimentos, a doação dos seus tempos, enfim, muito obrigada por possibilitarem essa experiência enriquecedora e gratificante, da maior importância para meu crescimento como ser humano e profissional.

A todos que contribuíram e incentivaram, direta ou indiretamente, para a realização desse sonho. Muito obrigada!!!



“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública”.

(Anísio Teixeira)

SAMPAIO, Ídila Muniz Gomes Guimarães. **Educação integral e formação para a cidadania: uma análise do Projeto Político Pedagógico à luz do pensamento de Anísio Teixeira.** 100f. 2016. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2016.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a Educação Integral e a formação para a cidadania. Seu objetivo principal foi analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/BA à luz do pensamento de Anísio Teixeira e a formação para a cidadania, identificando as ações específicas e desafios para efetivação desta modalidade de educação. O referencial teórico alicerçou-se em estudiosos que discutem a temática, dentre eles Anísio Teixeira, Carlos Libâneo, Pedro Demo, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Isa Guará, Kátia Freitas, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), Plano Nacional de Educação (2014-2022), Decreto Federal 7083/10 que dispõe sobre a Educação Integral, Projeto Político Pedagógico e a Política de Educação Integral vigente. A metodologia empregada foi qualitativa e descritiva mediante análise documental e de conteúdo. Os sujeitos participantes da investigação foram 01 (um) gestor, 01 (um) coordenador pedagógico e 03 (três) professores, todos fazem parte da equipe pedagógica da instituição de ensino. Os instrumentos utilizados para coleta de dados consistiram em questionário misto com questões abertas e fechadas, observação não participante e análise do Projeto Político Pedagógico disponibilizado pela instituição pesquisada. No cotidiano do trabalho escolar identifica-se a riqueza de saberes construídos a partir da relação ensino/aprendizagem, utilizando saberes específicos de cada profissão (conteúdos curriculares) e de saberes nascidos da experiência singular de cada ator no contexto social em que estão inseridos. A proposta da educação integral defende um espaço diferenciado para pensar as dificuldades na realização da articulação dos saberes, no âmbito dos componentes curriculares, privilegiando o diálogo entre os saberes, a partir da experiência. Os resultados da pesquisa evidenciaram que apesar das políticas atuais e do Decreto nº 6253 de 13/11/2007, que dizem respeito à Educação Integral, ainda há entraves para sua efetivação. Entretanto, a Escola Parque mantém-se proativa com práticas exitosas diante dos pressupostos de Anísio Teixeira com vistas à formação da cidadania dos estudantes, promovendo uma educação que cultiva o prazer de aprender, relaciona as descobertas do cotidiano, num ambiente democrático de valorização da cultura e fortalecimento das identidades nos processos de construção do saber.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação Integral. Política de Educação. Cidadania.

SAMPAIO, Ídila Muniz Gomes Guimarães. **Whole education and training for citizenship: an analysis of the Educacional Political Project in the light from Anísio Teixeira's thought.** 100f. 2016. Dissertation. (Master's degree in Social Politics and Citizenship) Catholic University of Salvador (UCSal), 2016.

ABSTRACT

This present job had its object of studying in the whole education and training for citizenship. Its main aim was to study accurately the Educational Political Project from the Escola Parque de Salvador / Ba in the light of Anísio Teixeira's thought and the training for citizenship, identifying the specific actions and challenges for effectuation from this kind of education. The theoretical framework bases on studious people who discuss the subject, for instance, Anísio Teixeira, Carlos Libâneo, Pedro Demo, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Isa Guará, Kátia Freitas, besides the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law 9.394 /96) and the National Plan of Education (2014 – 2022), Federal Edict 7.083/10 which places in order to the Whole Education, Educational Political Project and the Politics of the current Whole Education. The used methodology was qualified and described through document analysis and content. The participants of the present job were 01 (one) manager, 01 (one) educational coordinator and 03 (three) teachers, all of them take part of the teaching staff of the educational institution. The instruments used for datum collection are about a quiz, non-participant observation and analysis from Educational Political Project provided by the educational institution visited. In everyday school work we can identify the wealth of Knowledge built from the teaching / learning, using specific knowledge of each profession (curriculum content) and knowledge from the experience of each actor in the social context in which they are inserted. The proposal from the whole education defends the different space of thinking about the difficulties in the articulation of knowledge, on the field of its curriculum contents, in the exceptional dialog among the knowledge, from the experience. The results of this job showed that, despite the current politics and of Edict 6.253 from 13/11/2007, which say about the Whole Education, there are still difficult for its effectuation. However, the Escola Parque remains proactive with well succeed practices based on Anísio Teixeira's thoughts, in order to the students' citizenship training, promoting a kind of education which cultivates the learning pleasure, listing the discoveries from the daily, in a democratic environment from the culture appreciation and the fortification from the identification in the knowledge built process.

Keywords: Educacional Political Project. Whole Education. Educational Politics. Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS

CF – Constituição Federal

CIEPS – Centros Integrados de Educação Pública

DUDH – Declaração Universal de Direitos Humano

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NAVI – Núcleo de Artes Visuais

NICC – Núcleo de Informação, Comunicação e Conhecimento

NUAL – Núcleo de Alimentação

NUJA – Núcleo de Jardinagem

NULEP – Núcleo de Leitura e Pesquisa

NUPA – Núcleo de Pluralidade Artística

NUPE – Núcleo de Pluralidade Esportiva

NUPES – Núcleo de Projetos Especiais

PNDE – Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

P.P.P. – Projeto Político Pedagógico

PROEI – Programa de Educação Integral

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 01: Projetos realizados pelo Núcleo de Projetos Especiais	52
Quadro 02: Projetos realizados pelo Núcleo de Leitura e Pesquisa	53
Quadro 03: Oficinas realizadas pelo Núcleo de Artes Visuais	53
Quadro 04: Projetos realizados pelo Núcleo de Informação, Comunicação e Conhecimento	54
Quadro 05: Projetos realizados pelo Núcleo de Pluralidade Artística	55
Quadro 06: Projetos realizados pelo Núcleo de Pluralidade Esportiva	56
Figura 01: Instituição campo empírico do estudo	50
Figura 02: Ilustrações das instalações internas	57
Figura 03: Planta de situação da Escola Parque e localização dos equipamentos .	58
Figura 04: Planta de situação da Escola Parque e localização dos equipamentos .	59
Quadro 07: Unidades de análise	66
Quadro 08: Unidades de análise	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 EDUCAÇÃO INTEGRAL: PARADIGMA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA CIDADANIA.....	15
1.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	15
1.2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	23
1.3 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	25
1.4 EDUCAÇÃO E CIDADANIA	30
1.5 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	34
1.6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	36
2 METODOLOGIA	41
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	43
2.2 ESTRATÉGIAS DE ENTRADA EM CAMPO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	45
2.3 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	49
2.4 O LÓCUS DA PESQUISA	50
2.5 A PROPOSTA CURRICULAR	59
2.5.1 A COMUNIDADE CAIXA D'ÁGUA – CARACTERÍSTICAS LOCAIS	61
2.6 OS SUJEITOS DO ESTUDO	62
2.6.1 GESTOR ESCOLAR	62
2.6.2 COORDENADOR PEDAGÓGICO	63
2.6.3 PROFESSORES	63
2.7 ANÁLISE DE DADOS.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	81
REFERÊNCIAS CITADAS	81
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	83
APÊNDICES	
Apêndice A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA GESTOR	85

Apêndice B – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA COORDENADOR	88
Apêndice C – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES	91
Apêndice D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	94

ANEXOS

Anexo 01 – CARTA DE ANUÊNCIA	95
Anexo 02 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	96

INTRODUÇÃO

A educação integral, organizada sob forma de política pública, remete-nos à necessidade de compreensão da educação como totalidade histórica, que ultrapassa em muito a abordagem da sua institucionalização nos marcos das ações reguladoras do Estado, pois articula de modo não linear a relação entre as esferas privada e pública, grupal e comunitária, econômica e ideológica da vida em sociedade.

Em termos gerais, educação, cidadania, direito, a sociedade, a justiça e a democracia são expressões que vinculam entre si, ninguém duvida; o problema é como o fazem, sobre quais fundamentos se definem tal vínculo, que tipo de educação se relaciona com que tipo de cidadania, de direito, de sociedade, de justiça ou de democracia. Qualquer acordo, em torno desta sentença, se desvanece quando tratamos de aprofundar os significados e as realidades às quais ela faz referência.

Educar para a cidadania significa formar indivíduos que conheçam seus direitos, seus deveres e suas obrigações, especialmente, capacitá-los para o exercício consciente da participação política à luz do atual sistema de reprodução social do capital. Formar cidadãos e cidadãs significa dotar aos indivíduos das competências necessárias para adaptar-se com rapidez às modificações que sofre o mundo produtivo, permitindo que eles contribuam, ativamente, para o crescimento econômico do Brasil.

Como condição legal, a cidadania é reconhecida como o pertencimento a uma comunidade política na qual os indivíduos são portadores de direitos. Os direitos configuram a cidadania, ao mesmo tempo em que tornam os indivíduos cidadãos, no contexto de um conjunto de instituições que garantam sua efetivação.

Deste modo, compreender o percurso histórico da política educacional, na realidade brasileira, consiste em um esforço que requer mais do que o resgate de uma trajetória marcada por legislações e mudanças institucionais, mas também de suas relações com a dinâmica e transformações societárias ocorridas ao longo tempo.

Diante do exposto, o interesse pela temática educação Integral decorre das reflexões advindas da experiência vivenciada como sujeito social envolvida no

processo ensino-aprendizagem desde 2008. Durante a minha experiência profissional na área sociopedagógica, desenvolvi atividades socioeducativas agregando experiências teórico-práticas em projetos sociais, na cidade de Salvador, como Assistente Social e Pedagoga, inserida na proposta de educação integral, com base na formação do sujeito para o exercício da cidadania.

Essas atividades propiciaram a indagação sobre as ações desenvolvidas no espaço educacional quanto à formação dos estudantes do ensino básico. No cotidiano do trabalho escolar, identifiquei a riqueza de conhecimentos construídos a partir da relação de ensino e aprendizagem, utilizando saberes específicos de cada profissão (conteúdos curriculares) e de informações, nascidas da experiência singular de cada ator, no contexto social em que estão inseridos.

A partir da contextualização apresentada e buscando aprofundar a discussão sobre o tema, surgiram algumas questões de estudo que espero responder ao final desta pesquisa: De que forma a educação pública vem contribuindo para a formação da cidadania do aluno face à Política de Educação vigente? Como o Projeto Político Pedagógico desenvolvido pela Escola Parque de Salvador/BA contribui para a formação da cidadania?

Frente a essas questões, busquei, ainda, responder questionamentos em relação à proposta político-pedagógica adotada na unidade escolar pesquisada, para a compreensão acerca do desenvolvimento da educação integral bem como as ações que orientam essa modalidade de ensino.

Esses questionamentos possibilitaram a construção do objetivo geral desta pesquisa: analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/Ba à luz do pensamento de Anísio Teixeira com relação à educação integral e a formação da cidadania.

Desse objetivo, derivaram os objetivos específicos que permitiram a compreensão do objeto de estudo dessa investigação: a) discutir a concepção do Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/Ba com base nos marcos legais da política de educação brasileira; b) Estabelecer relações entre o Projeto Político Pedagógico e o processo de formação do estudante para o exercício da cidadania; e c) identificar os desafios do Projeto Político Pedagógico para a implementação da educação integral e a formação da cidadania na Escola Parque de Salvador/Ba.

A proposta de educação integral defende um espaço diferenciado para pensar as dificuldades na realização da articulação dos saberes, no âmbito dos componentes curriculares, sendo imprescindível o estabelecimento de diálogo entre os saberes, a partir da experiência necessários para a realização da atividade de trabalho e consolidação da formação dos alunos na perspectiva de sua emancipação, estímulo ao protagonismo enquanto sujeito de direitos. (POEI, 2014)

Essa perspectiva tem como imperativo a interdisciplinaridade, entendida como o estabelecimento de diálogo entre as diversas disciplinas do currículo escolar, o quê requer aprender o próprio ofício para situar-se frente aos diversos saberes profissionais.

O estudante, ao mesmo tempo em que realiza a aprendizagem dos conteúdos necessários para o mundo do trabalho, consolida sua formação humanizada, estabelece relações sociais interdependentes, no processo de ensino-aprendizagem que envolve o aluno, professores e comunidade.

As vivências educacionais integral e integrada possibilitam aos estudantes contato com dilemas, escassez de recursos e o estabelecimento de parcerias com os demais participantes do processo, sendo fundamental o diálogo que possibilite a aprendizagem e o crescimento na diversidade.

A presente pesquisa constitui-se em um estudo exploratório em função da existência de um amplo debate de concepções sobre Educação Integral como uma política fundamentada na compreensão de uma educação que desenvolva na sua integralidade as dimensões física, afetiva, cognitiva, intelectual e ética de que crianças e adolescentes precisam e que desejam, além de ser uma resposta à proteção integral, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), devido o atendimento à faixa infanto-juvenil. Ao considerar todas essas dimensões, a educação integral visa contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

O Brasil apresenta um contexto político e social favorável ao debate da educação integral com demonstrações explícitas a favor da agenda e da implementação de políticas de educação integral em tempo integral ou educação integral em jornada ampliada (Art.34 da LDB).

O enfrentamento dos problemas, no campo da educação, requer a construção de estratégias pedagógicas e de gestão para a implementação da Educação

Integral/Integrada como o grande eixo norteador dos currículos. Essa importante modalidade educativa visa o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, que possibilitem ao estudante saber analisar, tomar iniciativa, comunicar, trabalhar conflitos e planejar ações inerentes à sua vida cotidiana.

Os resultados dessa pesquisa será a análise da prática de educação integral, desenvolvida pela escola pública, com possibilidade de ser utilizada para a requalificação dos profissionais da área de educação, incorporando o conhecimento no fazer profissional, com a articulação da proposta pensada pelo educador Anísio Teixeira aos princípios da Política de Educação vigente e o estabelecimento da cooperação entre a construção do saber num contexto interdisciplinar.

A presente pesquisa visa contribuir para a construção do conhecimento sobre a educação formal enquanto política pública, na perspectiva da educação integral e formação do estudante para o exercício da cidadania, seu protagonismo e emancipação social, enquanto sujeitos de direitos.

Para melhor compreensão da temática, o estudo foi organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo traz uma revisão histórica e conceitual sobre educação integral, seus princípios e diretrizes e as bases legais vigentes para a consolidação dessa educação em nosso País. Ainda neste capítulo, apresento uma discussão acerca da cidadania e da importância do Projeto Político Pedagógico e a formação dos professores para a efetivação da educação integral na escola pública.

O segundo capítulo retrata o percurso metodológico da operacionalização do processo de investigação e analisa o cotidiano da Escola Parque de Salvador, campo empírico de estudo, apresentando os sujeitos da investigação (Gestor escolar, coordenador pedagógico e professores) que subsidiam a análise de conteúdo. Por último, nas considerações finais procuro contribuir para a ampliação da reflexão acerca da efetivação da educação integral na escola pública.

1 EDUCAÇÃO INTEGRAL: PARADIGMA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA CIDADANIA

1.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

No cenário atual da educação brasileira, caracterizado por um período de mudanças tanto social, política e econômica, quanto no que diz respeito aos aspectos didático-pedagógicos, verifica-se que as políticas públicas vigentes despontam para a percepção da necessidade de uma educação que possibilite a formação integral do sujeito não só para atender aos interesses do mundo do trabalho, mas que proporcione a formação de uma identidade educacional, integradora de múltiplos saberes, a partir de uma ação, socialmente, efetiva.

As transformações, pelas quais têm passado as sociedades no mundo inteiro, proporcionaram diversas mudanças no sistema educacional, como também, na concepção da educação. Em termos gerais, a educação que é, hoje, ministrada, apresenta vários entraves, o que se faz *mister* torná-la mais relevante e de boa qualidade. Até o século XX, a questão da escola limitava-se a uma escolha entre ser tradicional e ser moderna; tipologia que se preocupava mais com o método do que com os verdadeiros objetivos da educação, enquanto formação da cidadania.

A educação cidadã, segundo Paulo Freire (2005), assim como a educação para os direitos humanos acontece em espaços formais e não formais. Do ponto de vista da educação cidadã, a escola deve garantir o direito de aprender, promovendo o diálogo, a participação e a formação para a cidadania desde a infância. Nesse sentido, é possível construir com os atores envolvidos no processo educativo a elaboração de um projeto societário coletivo, contribuindo para uma sociedade mais justa, menos desigual.

De acordo com Freire (2005), a educação está para além da ação de apenas transmitir conhecimento. Envolve, também, o ato de brincar, a ludicidade, a corporeidade, valorizar a diversidade cultural; é reconhecer os conhecimentos prévios e a capacidade do ser humano em conviver com diversas formas e manifestações da vida em sociedade.

Nessa perspectiva, a educação cidadã fundamenta a proposta de educação integral, compreendendo que essa acontece em todos os momentos e espaços de

aprendizagem, ao longo da vida do ser humano. Quando falamos de educação integral, não podemos nos limitar apenas em ampliar o tempo de permanência do aluno na escola. Ao ampliar o tempo de permanência na escola, aumenta-se as possibilidades de aprendizagens que o aluno pode ter nesse espaço e fora dele. A sala de aula, tradicionalmente, conformou-se como espaço de aprendizagem. Na prática, oferecer educação integral é um desafio, pois o País está, ainda, aprendendo, e para ampliação da oferta de educação integral é imprescindível à melhoria da qualidade da rede pública de educação e, é claro, uma compreensão mais ampla da concepção de educação integral.

A concepção de educação integral, numa perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano, contempla todas as experiências educativas que se possa oferecer para essas pessoas. O desafio é propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem e com qualidade.

Essa concepção de educação está em consonância com *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Escola Nova* (1932), do qual participaram renomados educadores da época como Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima, Cecília Meireles, dentre eles, Anísio Teixeira, que foi um projeto de reconstrução e laicização educacional para o Brasil.

O país, nas primeiras décadas do século XX, veio, historicamente, consolidar o controle estatal sobre as escolas públicas, embutindo a memória histórica nacional e o patriotismo. Naquela época, a formação da nacionalidade e da identidade nacional brasileiras vinha ocupando espaços na produção intelectual e na política do País; portanto, o movimento possibilitou a abertura para novas possibilidades didático-metodológicas de educação, buscando, sobretudo, despertar hábitos de investigação, crítica e raciocínio lógico, procurando superar o ensino memorístico. Defendia-se a educação integral enquanto direito de cada indivíduo e como dever do Estado.

Nesse sentido, Azevedo (apud GADOTTI, 2009, p. 22) aponta que [...]

[...] direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus degraus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais [...]. Assentado o princípio biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo (AZEVEDO, 1932 apud GADOTTI, 2009, p. 22).

A citação mencionada encontra-se alinhada ao pensamento de Anísio Teixeira, que era contra o sistema de educação que formasse apenas uma elite e deixasse de fora a grande maioria da população – a classe menos favorecida socialmente. A defesa pela escola pública e de qualidade, com atividades práticas dentro e fora da sala de aula, são algumas das iniciativas que o educador propôs para a construção de um país melhor e que oferecesse oportunidades iguais para todos.

A concepção de educação de Anísio Teixeira era que integrasse atividades cognitivas intelectuais com atividades esportivas, artísticas e recreativas, estimulando, assim, o talento dos alunos, para prepará-los para o mundo do trabalho e, conseqüentemente, o desenvolvimento da cidadania plena e ingresso dos mesmos nas universidades.

A atuação de Anísio Teixeira na Política de Educação foi marcante, desde a década de 1920, após a 1ª Grande Guerra (1914-1918). Crescia o entusiasmo pelo ensino motivado pelas mudanças sociais vindas com a urbanização e exigências do desenvolvimento do País. O analfabetismo se estendia a 80 % dos brasileiros. Foi, assim, nesse contexto, que Anísio Teixeira se decidiu pela educação, principalmente, depois de conhecer as ideias do filósofo americano John Dewey (GADOTTI, 2009).

O filósofo norte-americano John Dewey foi precursor do pensamento pragmático na educação. Ele compreendia que a escola chamada tradicional enfatizava mais conceitos do que ações práticas para a sociedade; por isso, propôs uma escola muito mais significativa que pudesse contribuir para as mudanças intelectuais, industriais e sociais no século XX. A filosofia dessa escola desenvolveu conteúdos vinculados às necessidades de produção e desenvolvimento para a própria sociedade. Anísio Teixeira, ao tomar conhecimento dessa filosofia de educação reconheceu a relevância e trouxe para o Brasil essa proposta que foi denominada Escola Nova.

Hoje, quando falamos em Educação Integral, nos reportamos logo à experiência da Escola Parque, criada por Anísio Teixeira, e aos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), de Darcy Ribeiro, cuja proposta, além de considerar a educação como direito de todos, visa alternar atividades intelectuais com atividades práticas. A proposta de educação integral, aqui, discutida não corresponde a mesma

que escola em tempo integral. Parte do princípio de que o ser humano é sujeito integral enquanto sujeito de conhecimento, cultura, valores, identidade, criatividade, aspectos que a educação, de maneira ampla, contempla essas dimensões (GADOTTI, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996), em seu artigo 2º, reza o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A educação, em tempo integral, em parte, coincide com essa proposta, pois, em relação às dimensões humanas, o aluno estaria mais tempo, mas não só mais tempo na escola, visto que há outros espaços de formação humana e a escola precisa dialogar com esses espaços extraclasse e considerar os conhecimentos prévios dos alunos no processo de aprendizagem.

Vivemos numa sociedade aprendente que vai exigir do professor/educador um processo de atualização permanente. E se estamos falando de educação integral isso exige um profissional que esteja disponível para aprender a lidar com todos os espaços de aprendizagens múltiplas. O mundo educador também fundamenta a proposta de educação integral, pois como afirmava Paulo Freire (2005, p. 87), educamo-nos no mundo, somos partes deste mundo, construímos, participamos e somos modificados pelo mundo em que vivemos. Educação e cidadania são conceitos que devem ser entendidos como processos de conquista, como construções permanentes e não meras noções neutras, abstratas.

Mashall (1967) assinala que, no século XVIII, tem-se o reconhecimento dos direitos civis: de manifestação do pensamento e expressão, de locomoção, de associação, de integridade física, de liberdade religiosa. No século XIX, o reconhecimento dos direitos políticos – criar partidos, acatar decisões da maioria e respeitar as minorias, de votar e ser votado. E no século XX, o reconhecimento dos direitos sociais, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. Entretanto, a concepção de cidadania, no século XXI, encontra-se desafiada em assegurar os direitos, constitucionalmente, promulgados, dentre eles, o direito à educação para todos, gratuita e de qualidade.

Autores como Haguett (1994), Dimenstein (1994), dentre outros, afirmam que, mesmo chancelados por diplomas legais, direitos constituem “letras mortas” para a

minorias dos setores e classes subalternas, pois os seus membros ficam excluídos dos direitos por não terem acesso a eles. De acordo com Benevides (1994), os direitos passaram a ser concedidos apenas a uma minoria, às elites ou ao Estado, exemplo típico da sociedade brasileira. A referida autora defende que todo cidadão é portador de direitos e deveres, podendo exercer participação ativa na política.

O conceito de cidadania, depois dos anos 60, principalmente no Brasil, foi redimensionado por força dos efeitos produzidos pela atuação dos movimentos sociais, tanto dos populares quanto dos feministas, ecológico, étnico, dentre outros. Com os processos de conscientização e politização operados em diversas instâncias, predominantemente pelos inúmeros grupos de educação popular que implementava, com as práticas de suas formas de organizações por categoria, houve uma mudança na postura tradicional do “pedir às autoridades para a do reivindicar”.

A concepção de cidadania não é um conceito unívoco; trata-se de um conceito polêmico, ambíguo. É um conceito cujo significado varia para cientistas sociais e para membros de uma comunidade específica, podendo ser, inclusive, um *status* valorizado para uns e indesejável para outros. Segundo Demo (1996), o conceito de cidadania *lato sensu* varia, no Brasil, em situações urbanas e rurais, em termos regionais, de conceitos impostos ou “regulados” pelo Estado ou de conceitos “espontâneos”. Há um processo de construção de identidade nacional em que a cidadania é uma de suas formas, em que vários modelos coexistem, e no qual o Estado e a sociedade civil estão empenhados.

Um ponto importante que não pode ser esquecido é a relação de cidadania com o direito à educação, que passou a ser entendida como meio privilegiado para universalizar os valores e as práticas, ou seja, formar cidadãos. A educação é determinada pela realidade em que se insere e ao mesmo tempo contribui para determinar a constituição dessa mesma realidade.

Segundo Garcia (1981), a história da educação tem demonstrado, e com muita frequência, que as escolas públicas sofrem transformações, toda vez que ocorrem modificações significativas na organização básica da sociedade. O autor afirma, ainda, que a escola representa a possibilidade de preservar valores e garantir às pessoas um mínimo de condições para refletir sobre seu futuro.

Enquanto agência educativa, a escola está ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos “civilizados” e à preservação da cultura, que correspondem à vida nas cidades. E a isto, também, está ligado o papel político da educação escolar enquanto formação para cidadania, formação do cidadão. Significa formar para ser sujeito de direitos e deveres, na vida e na sociedade moderna.

É missão da escola proporcionar às classes das camadas populares uma visão do mundo da natureza, o mundo natural e do mundo social que as ajudem a se inserir nas relações sociais, políticas e culturais de uma sociedade moderna, ou seja, uma sociedade em que as relações capitalistas estão se expandindo. Cabe à escolar, preparar os educandos, desde o início com noções sobre os direitos e deveres, sobre as ordens estatal e civil, sobre as leis civis e estatais, que organizam a sociedade humana (SAMPAIO, 2004).

Tão importante quanto a alfabetização e as primeiras noções científicas que permitem conhecer a natureza de uma maneira não-mágica e não-religiosa, são as noções de direitos e deveres, que constituem a cidadania, que permitem aos indivíduos das classes populares situarem-se na sociedade e diante do Estado. Esta é a função educadora positiva da escola, favorecendo a autonomia e a responsabilidade dos alunos em suas diversas possibilidades de aprendizagens. É, neste sentido, que a escola é constitutiva da cidadania.

Segundo Haguett (1994), a elevação cultural das massas, para adequá-las à modernização e ao crescimento das forças produtivas da sociedade capitalista, tem repercussões contraditórias: o acesso aos códigos dominantes, dos quais a alfabetização é o primeiro passo, o conhecimento de direitos e deveres, e a capacidade de exigí-los podem educar, também, para a transformação da ordem e, não apenas, para o conformismo e a adesão.

Como a escola pública está a serviço dos interesses gerais da sociedade, a maior ou menor valorização que ela recebe é decorrente da importância atribuída pelas orientações dominantes ao papel que desempenha no conjunto. O papel do Estado, na definição das funções da escola pública, tem sido ressaltado muitas vezes, ao ponto de, praticamente, não se poder falar no poder público sem imaginar logo o papel das escolas e vice-versa. É, absolutamente, incoerente a ideia de uma

escola que forme pessoas de espírito crítico e aberto dentro de um sistema político, em que predominem o medo à discussão e o cerceamento do indivíduo.

Na visão de Libâneo (1986), a importância dada aos conteúdos do sistema educacional revela um compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumento para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores.

Os conteúdos escolares que são ensinados consideram as questões sociais que marcam cada momento histórico. Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve, necessariamente, favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar propicia o desenvolvimento de capacidades, de modo que favoreça a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilite aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais.

No contexto da proposta política educacional da escola pública concebe-se a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais, diversificadas cada vez mais amplas, condições, estas, fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

Demo (1987) distingue a prática escolar de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas de convívio social, por constituírem-se ações intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens, durante um período contínuo e extenso de tempo.

A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objetivo de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e

deveres. Para tanto, é, ainda, necessário que a instituição escolar garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de forma crítica e construtiva.

A escola, por ser uma instituição social com o propósito, explicitamente, educativo, tem o compromisso de intervir, efetivamente, para promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos; portanto, a sala de aula surge como o ambiente no qual o educando irá reelaborar seu conhecimento a partir de uma possibilidade de perceber e compreender o meio desde a sua própria experiência vivenciada.

Esta função socializadora remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e os contextos social e cultural. É, nesta dupla determinação, que os indivíduos se constroem como pessoas iguais, mas, ao mesmo tempo, diferentes de todas as outras. Iguais por compartilhar com outras pessoas um conjunto de saberes e formas de conhecimento que, por sua vez, só é possível graças ao que, individualmente, se puder incorporar. Não há desenvolvimento individual possível à margem da sociedade, da cultura.

A escola pública, na perspectiva de construção de cidadania, assume a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, busca ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes às classes populares o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos, socialmente relevantes da cultura brasileira, nos âmbitos nacional e regional, como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

O desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas e as estéticas, de inserção social, tornam-se possível, mediante os processos de construção e reconstrução de conhecimentos. Os conhecimentos que se transmitem e se recriam, na escola, ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, em processos contínuo e permanente de aquisição, nos quais interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos (NAMO DE MELLO, 1992).

De acordo com Celestino (1996), as questões relativas às transformações científicas e tecnológicas, e a necessária discussão ético-valorativa da sociedade

apresentam para a escola a imensa tarefa de instrumentalizar os jovens para participar da cultura e das relações sociais e políticas. O referido autor afirma, ainda, que a escola, ao posicionar-se, dessa maneira, abre a oportunidade para que os alunos aprendam sobre temas, normalmente, excluídos e atua, propositalmente, na formação de valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, à política, à economia, ao sexo, à droga, à saúde, à tecnologia, entre outros.

Um ensino de qualidade, que busca formar cidadãos capazes de interferir, criticamente, na realidade, para transformá-la, também contempla o desenvolvimento de capacidades, que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos, hoje, e a lidar com a rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações, que têm sido avassaladores e crescentes. A formação escolar possibilita aos educandos condições para desenvolver competência e consciência profissionais, mas não se restringe ao ensino de habilidades, imediatamente, demandadas pelo mercado de trabalho.

O currículo voltado para Educação Integral considera, além dos conteúdos básicos da educação formal, uma proposta que envolva o mundo educador (articulando políticas sociais, ambientais, culturais e econômicas), a leitura de mundo (ação que considere a diversidade cultural) e a Pedagogia Intertranscultural (realizar estudos da práxis educativa que estimule espaços, tempos, diálogos interativos, durante todos processos de ensino e aprendizagem). Isto requer dos profissionais envolvidos no processo educativo um olhar ecossistêmico e análise das atividades interdisciplinares (GADOTTI, 2009). Daí, a necessidade de entendermos que a educação integral ocorre em muitos espaços e que não se restringe apenas a locais oficiais de educação formal.

1.2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A proposta de educação integral parte do princípio geral da integralidade que é condição básica da educação em que a mesma respeite a diversidade sociocultural, durante o processo de formação do indivíduo. Trata-se, aqui, de que a escola possibilite ao aluno o desenvolvimento de suas potencialidades humanas (sociabilidade, corpo, artes, lazer, esporte, dentre outras).

A concepção de integralidade, entendida como princípio norteador do currículo escolar, contempla uma abordagem holística de educação, em que o tempo para planejamento, elaboração de material didático e aperfeiçoamento profissional é uma condição *sine qua non* para o exercício da docência.

O Programa de Educação Integral com ampliação da jornada escolar para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio da Rede Estadual da Bahia (2014), cujo objetivo é contribuir para a formação do sujeito na sua integralidade e para a sua emancipação humana e social, aponta como princípios fundamentais:

- promoção de diversidade de práticas, agentes, espaços e saberes;
- promoção de desenvolvimento pleno dos indivíduos em todas as suas dimensões – física, intelectual, social, emocional e simbólica;
- compreensão da aprendizagem como algo permanente, na vida dos indivíduos e não apenas relacionada à fase escolar dos mesmos;
- compreensão do educando-estudante no centro do processo educativo (aprendizagem, interesse, sonhos e contexto);
- afirmação de que a educação integral realiza-se de forma intersetorial; e
- compreensão da escola como articuladora de todo o processo educativo, em uma construção participativa, que inclui todos os segmentos da comunidade escolar e demais agentes envolvidos. (Caderno do Professor/SME de São Luís do Maranhão)

Neste sentido, os conteúdos curriculares constituem-se em instrumento de construção da cidadania e das possibilidades reais de exercício dos direitos, postos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Esses conteúdos são selecionados segundo critérios definidos, a partir das capacidades que se pretende que os alunos desenvolvam; portanto, não são apenas de natureza cognitiva, mas de outros tipos, como:

Conteúdos factuais – são informações de pouca ou nenhuma complexidade: fatos, acontecimentos, situações. Exemplos: nomes de lugares, nomes de personagens históricos.

Conteúdos conceituais – os conceitos e princípios são termos abstratos. Os conceitos referem-se ao conjunto de fatos, objetos ou símbolos que têm características comuns, e os princípios às mudanças que se produzem, numa situação. Exemplos: cidadania, democracia, direito, trabalho, moradia.

Conteúdos procedimentais – nessa categoria estão inclusos os procedimentos, métodos, técnicas, habilidades e estratégias. Exemplos: leitura, produção de textos, manejo do computador.

Conteúdos atitudinais – aqui, estão inseridos normas, valores e atitudes. Exemplos: normas de cooperação, respeito, cuidado com o meio ambiente; valores, no sentido da solidariedade, cooperação, respeito à dignidade do outro; atitudes, na forma de conduta de acordo com valores determinados. (Caderno do Professor/SME de São Luís do Maranhão)

Embora os diferentes conteúdos estejam associados uns aos outros, esta categorização justifica-se para favorecer a compreensão da sua tipologia ao organizar o planejamento e os tratamentos metodológicos que serão dados às práticas de educação integral.

Do ponto de vista do planejamento da proposta de educação integral, é importante considerar que a mesma é orientada pelos objetivos que são perseguidos. Os espaços de aprendizagem são organizados de modo que promovam situações interativas que favoreçam a autonomia e o protagonismo dos alunos diante de tarefas que lhes apresentem desafios solucionáveis com a mobilização de seus recursos cognitivos, de seu conhecimento prévio, o que pressupõe que eles, com seu próprio esforço e com a ajuda recebida por professores e demais colegas, poderão enfrentá-los.

Se há diversidades de saberes, faz-se *mister* que haja diversidades de estratégias de intervenção: desafiar, problematizar, dirigir, propor, comparar, concluir junto; enfim, não existe um único jeito de intervir para o processo de aprender; é a identificação da melhor alternativa para o momento e a combinação de alternativas que irão caracterizar uma prática pedagógica de qualidade, na perspectiva da formação integral.

1.3 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

O acesso à educação de qualidade para todos deve ser considerado como premissa fundamental para a garantia dos direitos sociais e humanos, conforme estabelecido no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNDE (2007-

2022). Neste sentido, planos municipais e estaduais articulam-se na perspectiva de assegurar o acesso à educação, em consonância às prerrogativas legais.

A concepção de educação integral possui um arcabouço legal como, por exemplo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 9.089/1990), a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2007-2010/2014-2024), significativos na legislação brasileira, garantindo sua aplicabilidade tanto na educação formal quanto em outras áreas, no âmbito das políticas sociais. A partir do paradigma da proteção integral, assegura a toda criança e adolescente o direito à aprendizagem e desenvolvimento adequados e a proteção social (GUARÁ, 2009).

Considerando o decurso histórico da legislação educacional brasileira é notório avanços significativos no que diz respeito à busca de efetivação da educação integral como direito de todos os cidadãos brasileiros. Os marcos legais, aqui, elencados são – Carta Magna de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases (1996), Política Nacional de Educação e Decreto, instrumentos que subsidiam as instituições de ensino, comunidades e gestores públicos, na implementação ou incorporação de ações, que contribuam com a formação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Inicialmente, temos a Constituição Federal de 1988 que norteia através dos artigos 205, 206 e 227, princípios que podem ser considerados significativos na concepção de uma proposta de educação integral. O artigo 205 prevê:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O artigo supracitado atribui ao Estado a responsabilidade para com a educação formal pública, não eximindo a família dessa responsabilidade, e que essa educação tenha um currículo voltado para o tripé social, político e econômico.

O dispositivo 206 da CF/1988 apresenta princípios que remetem aos direitos fundamentais baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos– DUDH (1948), no que concerne à equidade social e um projeto pedagógico que contemple a diversidade e a multiplicidade do pensamento humano.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 1988).

No que diz respeito aos cuidados básicos na formação da criança e do adolescente no sentido protetivo e de preparação para vida em sociedade o artigo 227 da *Lex Mater* enfatiza a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, conforme citação abaixo.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (BRASIL, 1988).

O dispositivo evidencia a responsabilidade dos atores envolvidos no processo educativo, não somente na esfera da educação formal, como também, na formação integral do indivíduo, visto que a saúde, a alimentação, o lazer e a profissionalização são direitos fundamentais para a criança, para o adolescente e para o jovem. O não cumprimento do artigo implicará na vulnerabilidade social desses indivíduos.

A educação integral é uma proposta que pode viabilizar a efetivação do que está estabelecido na Constituição Federal de 1988, nos artigos 205, 206 e 227, em que essa modalidade de educação vai para além dos conteúdos programáticos consistindo numa estratégia de ensino que abrange pressupostos da Teoria Sociocultural, que tem como referência que desenvolvimento cognitivo ocorre nos contextos social e cultural e da Pedagogia Crítica que enfatiza a articulação entre valores e fatos.

Para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, criou-se em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 9.089/1990) como parte integrante do sistema de proteção integral para este público específico.

Como marco legal para materialização da educação integral, evidencia-se os dispositivos 3º, 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses artigos enfatizam a necessidade de uma educação integral, visto que seja capaz de possibilitar ações assertivas e o desenvolvimento pleno da educação.

O artigo 3º do ECA declara que os direitos fundamentais da pessoa humana são assegurados legalmente, pois são esses direitos que garantem a criança e ao adolescente a dignidade para os desenvolvimentos físico, mental, moral, espiritual e social.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

O artigo 4º do ECA considera a família, a sociedade e o poder público as três esferas reais e formais de garantia dos direitos dispostos na Constituição e nas leis. Vale frisar que a família exerce condição de esfera primeira, natural e básica de atenção. (OLIVEIRA, 2013)

Neste sentido, o Estado exerce a garantia de condições mínimas no que concerne à família o exercício da sua função, pois essa não pode assumir toda a responsabilidade e ônus. Quando o Estado assegura condições mínimas à família para o exercício do papel protetivo isso quer dizer que não ocorrendo essa ação do Estado, a família pode recorrer à justiça (OLIVEIRA, 2013). Os direitos dispostos na Carta Magna consideram a criança e o adolescente como prioridade absoluta.

Sendo assim,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Quanto ao dispositivo 5º do ECA, este explicita que, quando ocorre negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão à criança e ao adolescente considera-se que esses atos são passíveis de punição em função do não cumprimento no que tange aos direitos fundamentais. Deste modo,

[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Os artigos, ora apresentados, ratificam que criança e adolescente devem ser considerados prioridade absoluta no Brasil. Assim, não se pode medir esforços em fazer valer a proteção integral de que trata o Estatuto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9.394/1996), promulgada em 1996, vigente até os dias atuais, tem o papel de regulamentação e estabelecimento de sistemas e estruturas, além de organização dos recursos para o desenvolvimento da educação, no atendimento às demandas do País.

O estudo destaca os dispositivos 2º, 34º e 87º, pois os mesmos referem-se à educação integral. Esses artigos possibilitam a discussão entre os profissionais da educação sobre a concepção e possíveis contribuições, limites e resultados do tempo integral enquanto metodologia para formação dos alunos, bem como estimulam novos debates acerca da interface entre educação integral e tempo integral.

O artigo 2º da referida Lei reitera que a finalidade da educação diz respeito ao pleno desenvolvimento do educando, contribuindo com a preparação para o exercício da cidadania. Ressaltando a importância do diálogo com os distintos setores da sociedade.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Quanto ao artigo 34, parágrafo 2º, o mesmo reza que “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996). Constata-se que a educação integral pode ser implementada de acordo com o sistema de ensino, de maneira que possa atender, progressivamente, às demandas da comunidade escolar.

O artigo 87, parágrafo 5º, destaca que “serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral” (BRASIL, 1996). Dessa forma, consolida a responsabilidade para a efetivação da proposta de educação integral nas redes públicas de ensino.

Em relação ao Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014-2024), o mesmo prevê na meta 6:

[...] a ampliação da educação em tempo integral para, no mínimo, 50% das escolas públicas e o atendimento de, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. A meta reflete o objetivo de ampliar o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas escolas públicas, com ampliação de tempos, espaços, atividades educativas e oportunidades educacionais, em benefício da melhoria da qualidade da educação dos alunos da educação básica (BRASIL, 2014).

A meta estabelece nove estratégias nas quais se destacam: acompanhamentos pedagógico e multidisciplinares; programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado; instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos; medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, que visam a eficácia dos objetivos e a garantia de recursos que possibilitem a ampliação da educação integral.

Em relação à carga horária estabelecida para a educação integral, o Decreto n. 6.253 de 13/11/2007, em seu artigo 4º, enfatiza que a jornada escolar aconteça “[...] com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares” (BRASIL, 2007).

Não obstante do avanço, em termos de legislações, decretos, portarias e diretrizes curriculares é possível perceber que a proposta de educação integral é, ainda, é tratada de forma singular devido a diversas concepções concebidas para essa modalidade de educação. Vários fatores podem ser considerados de forma substancial para a concretização de sua efetividade, dentre eles podemos destacar o contexto político e a falta de articulação entre as políticas sociais, uma gestão democrática da educação, que preconize a intersetorialidade das ações educativas.

1.4 EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Educação e Cidadania são conceitos que devem ser entendidos como processos de conquista, como construções permanentes e não meras noções neutras, abstratas (SAMPAIO, 2004).

A palavra cidadania derivada do vocábulo cidade, refere-se ao pleno exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Lei Maior de um país. Exercer a cidadania é ter total consciência de seus direitos e obrigações e lutar

para que sejam colocados em prática, na sociedade. Compreende-se, ainda, que para se exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Todo país têm metas dirigidas à educação e uma dessas principais metas é preparar o cidadão para o exercício da cidadania.

No Brasil, cidadão quer designar, em regra, toda pessoa que reside em território nacional, não significando, simplesmente, o que se diz brasileiro nato, mas também o estrangeiro naturalizado (PLÁCIDO E SILVA, 2007, p. 288 - 289).

A mais recente Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, pela Assembleia Constituinte, composta por Deputados e Senadores, consolidou a democracia como forma de governo, após um longo período de ditadura militar (1964-1985). Tal *Lex Mater*, nomeada como “Constituição Cidadã” por Ulysses Guimarães, reserva dois dispositivos para estabelecer direitos e deveres dos cidadãos brasileiros natos e naturalizados e dos estrangeiros: são os artigos 5º e 6º dessa Carta Magna sobre a educação, pois todo cidadão brasileiro tem o dever de educar e proteger seus semelhantes, bem como o direito à educação.

A educação é um direito constitucional. Na Carta Constitucional de 1988, foi reservado um dispositivo, inserindo a educação como um direito social. O artigo 6º da referida Constituição reza que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O direito à educação é, na sociedade brasileira, destinado aos cidadãos em todas as suas faixas etárias, destacando-se que, em séries iniciais, poderá ser em tempo integral, conforme estabelece a LDB (1996). O enfoque, aqui, será, ainda, a educação integral como um direito de cidadania, nas fases da infância e adolescência, abrangendo suas múltiplas dimensões (LDB, Lei n. 9.939/1996). Em contexto não escolar, caberá, ainda, ao Estado dar proteção, criar projetos e oferecer programas e serviços assistenciais com metas ao pleno desenvolvimento dos cidadãos infanto-juvenis.

A educação tem, por sua vez, uma ampla dimensão: a educação familiar, conhecida, também, como educação doméstica; a educação religiosa; a educação escolar. A educação escolar, como o próprio nome dá a entender, é a educação

ministrada nas escolas. Esse tipo de educação poderá ser em meio turno ou em tempo integral. A educação integral é um direito de cidadania tanto da criança quanto do adolescente. Um direito de cidadania da infância e da adolescência que poderá ser discutido em múltiplas dimensões.

De acordo com Freire (2001), como eixo de educação libertadora na perspectiva de formação para a cidadania, a proposta de educação integral compreende:

- a criança/adolescente como sujeitos do processo: consciência com reflexo da realidade social a que pertence;

- processo de seleção de temas transversais: os temas a serem trabalhados e aprofundados, ao longo de todo o processo educativo, devem ser desenvolvidos no trabalho de formação, a partir de sugestões das crianças e adolescentes, que as expressam segundo a realidade na qual estão inseridos (as).

- reflexão conjunta: estabelecer a relação dos diferentes conteúdos com o todo, propiciando uma visão de globalidade; desenvolver junto à criança e ao adolescente uma compreensão do mundo no qual está inserido. A partir desta perspectiva, a escola procura aliar os conteúdos para o aprendizado de atividade que possibilite a inserção do jovem no mercado de trabalho com a discussão contínua de temas atuais, presentes na vida do educando, como, por exemplo, cidadania, drogas, relações interpessoais, direitos sociais e políticos, dentre outros. Esta discussão contribui para a construção de uma visão de mundo situando o adolescente e fazendo-o compreender os seus limites e possibilidades; e

- consciência de ser e pertencer: desenvolve com a criança e o adolescente a noção de sua existência, experiência de vida, leitura da realidade e uma atitude de responsabilidade diante do mundo, contribuindo na escolha do caminho a seguir. Este processo vai permitir que ele (a) desenvolva o seu projeto de vida pessoal e vida social, que é a expressão de sua cidadania.

A interface entre educação e a formação para a cidadania concebe os alunos como sujeitos do seu processo de aprendizagem, como pessoas que têm saberes e agem transformando a informação em conhecimento próprio. Entende que a aprendizagem é o resultado da ação/reflexão do aluno sobre os conteúdos de ensino, o que implica no seu esforço para dar sentido à informação disponível; portanto, a educação para a formação da cidadania pressupõe uma ação da parte

de quem aprende, que implica em organizar e integrar os novos conhecimentos aos já existentes. A base de novas aprendizagens é o conhecimento prévio que os alunos têm apreendidos de suas experiências de vida que não podem ser desconsiderados no processo educativo – o que podemos denominar como uma educação problematizadora.

Se a aprendizagem pressupõe construção por parte de quem aprende e ela não se dá por si mesma e no vazio, mas a partir de situações nas quais o sujeito possa agir sobre o que é objeto de seu conhecimento, pensar sobre ele, sendo desafiado a refletir, interagindo com outras pessoas, caberá, pois, à escola, muito mais do que indagar sobre o conhecimento mais importante, o saber, questionar a respeito do tipo de cidadão que se quer formar, levando-se em conta que, a educação, na perspectiva da educação integral para a cidadania e os direitos humanos, requer uma harmônica integração entre princípios, diretrizes, normas e métodos.

1.5 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO INTEGRAL

A proposta curricular para a Educação Integral articula uma formação humana que possibilite o preparo para a formação e exercício da cidadania bem como condições básicas para a inserção no mercado de trabalho (BAHIA, PROEI, 2003). Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) é o instrumento que possibilitará a intenção, a direção firmada numa ação conjunta entre todos os atores da comunidade escolar.

Entretanto, o P.P.P. articula a educação integral e a orientação profissional, entendendo que o processo educativo não se restringe apenas ao espaço físico da escola, deve estar em consonância com o conhecimento apreendido nos diversos espaços de aprendizagens extramuros do ambiente escolar, ampliando para a família e a comunidade. Portanto, [...]

[...] se assenta numa proposta pedagógica que promove a criação de espaços, tempos e oportunidades educativas para formação de conhecimentos, na escola e fora dela, considerando os estudantes e suas múltiplas dimensões (a humana, a política, a cultural, a tecnológica e social) com vistas à transformação da realidade social (econômica e política) do seu tempo (BAHIA/PROEI, 2013, p. 31).

O Projeto Político Pedagógico, enquanto um conjunto de elementos orientadores de todas as ações pedagógicas da escola reflete, além dos valores que uma instituição de ensino dissemina, contempla a formação de cidadãos e não acumuladores de informações, em consonância aos objetivos e metas educacionais que pretende alcançar, por meio de quais orientações metodológicas, com quais recursos disponíveis e quem são os atores/parceiros envolvidos.

Para sua construção, é importante a participação de toda equipe escolar (professores, gestores e funcionários), bem como representantes dos alunos, dos familiares e das organizações e movimentos que apoiam a escola, para subsidiar o diagnóstico dos principais entraves a serem superados pela escola (VEIGA, 2004).

O fazer educativo considera o paradigma emergente que entende o ser humano na sua totalidade, mesmo que, ainda, seja um desafio, uma abordagem pedagógica centrada na formação integral e voltada para as qualidades mais fundamentais do ser humano. A proposta pedagógica auxilia o aluno não apenas cognitivamente, mas também emocional e espiritualmente. Nessa perspectiva, a proposta de educação integral prevê uma prática de ensino com possibilidade de aproveitamento de tempos e espaços na metodologia do fazer docente, dando ênfase à formação integral que este sujeito possa desenvolver, permitindo, assim, um trabalho pedagógico mais envolvente.

A partir da realidade escolar, os elementos que compõem os conteúdos do currículo básico estão organizados de forma sistemática estimulando a realização de trabalhos interdisciplinares integrados de maneira contextualizada, de modo que atendam às expectativas de aprendizagens da Base Nacional Comum³ em debate.

O Projeto Político Pedagógico, voltado para a educação integral, considera que o aluno aprende e apreende conteúdos curriculares, desenvolve um aprendizado mais amplo e significativo quando o planejamento das aulas contempla seus valores individuais, sua cultura e suas necessidades intelectuais. Desta maneira, os conteúdos sistemáticos tornam-se mais interessantes, além de contemplar e desenvolver, intrinsecamente, as relações humanas e interpessoais.

³ De acordo com o Plano Nacional da Educação (2014), a Base Nacional Comum visa orientar o trabalho das escolas de todo o Brasil dando subsídios para o trabalho a ser desenvolvido em sala de aula através de um conjunto essencial de habilidades e conhecimentos que todo aluno deve desenvolver em cada etapa da educação básica.

O professor, no exercício do magistério, desenvolve habilidades e competências dos educandos, posicionando-se com interesse pelo aluno como pessoa e não como “máquina” de aprender a fazer, assim formando cidadãos mais críticos e autônomos.

É importante reconhecer que alguns teóricos como Paulo Freire, Pedro Demo, Moacir Gadotti, principalmente, os contemporâneos, dentre eles, Carmen Bahia, Isa Guará e Jaqueline Moll enfatizam a importância da proposta curricular que contemple a educação integral.

Entre os teóricos, o que diverge são as concepções sobre a educação integral e educação em tempo integral, e como estes elementos atuam, no processo ensino-aprendizagem. Entendo, assim, que não basta ampliar o tempo de permanência do aluno na escola e sim considerar que as atividades desenvolvidas devem permear a aprendizagem, pois tais atividades exercem grande influência no desenvolvimento social do aluno.

1.6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

O desenvolvimento de uma proposta educativa, na perspectiva da educação integral, considera a formação dos professores como fator relevante para a operacionalização de um trabalho de reflexão crítica sobre sua prática que possibilite uma (re) construção permanente de sua identidade pessoal.

O objetivo da formação continuada é que o professor atue com base numa visão abrangente do seu papel social; trabalhar em equipes multidisciplinares; compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias; expressar-se por meio da escrita e oralidade com clareza; analisar e selecionar material e elaborar propostas de atividades em consonância com os objetivos e diretrizes da política de educação integral; favorecer o trabalho transdisciplinar; planejar situações didáticas adequadas às possibilidades de aprendizagens dos alunos.

O professor é sujeito epistêmico, autor e produtor de conhecimento; a sua formação continuada está em consonância com os processos de ensino e aprendizagem; portanto, seu papel é o de planejar, selecionar e organizar os conteúdos, programar as tarefas, criar condições de estudo dentro da classe,

incentivar os alunos, ou seja, dirigir as atividades de forma significativa para os alunos, a fim de que estes se tornem sujeitos ativos da própria aprendizagem, no contexto da educação integral. Não há ensino verdadeiro se os alunos não desenvolvem suas capacidades e habilidades mentais, se não assimilam pessoal e ativamente os conhecimentos aplicando-os em seu cotidiano, seja nos exercícios e verificações feitos em classe, seja na prática da vida.

No que tange ao desenvolvimento da prática pedagógica, o professor trabalha o aluno em sua inteireza, entendendo suas percepções, sua expressão, seus sentidos, sua crítica e criatividade, ampliando seus referenciais de mundo e questionando-o. Para isso, busca atividades que propiciam prazer no fazer pedagógico e no aprender.

Ao ler Paulo Freire (1970), entendo que o professor não é neutro no processo educativo, pois este adota uma postura dialética na sua prática pedagógica. A dialética, a qual me refiro, é baseada na definição de Hegel (1995) e Marx (1995); o primeiro defende que são dois os pensamentos (tese e antítese), que se opõem e entre eles há uma tensão, e esta é quebrada quando surge um terceiro pensamento (síntese), resgatando o melhor existente entre os dois pensamentos precedentes; o segundo vai além da visão de hegeliana (apesar de Hegel ter sido mestre de Marx), pois acredita que a dialética se processa em todas as relações humanas e não apenas no mundo das ideias como sugere Hegel. Sendo assim, é pertinente para o que desejo defender como prática pedagógica que através do conhecimento podemos transformar a realidade sendo que o educador e o educando são preponderantes neste processo.

Por ser parte integrante do processo educativo, o educador tanto ensina quanto aprende, o que o obriga a estar revendo seus valores e, conseqüentemente, instiga o educando a sair de posições “confortáveis” de acomodação, posições conflituosas.

A proposta de educação integral, aqui, analisada não tem como única meta apenas o desenvolvimento intelectual, mas sim todo desenvolvimento do sujeito tendo como base a perspectiva de formação holística, que compreende o indivíduo como um ser complexo, o que significa dizer que este é um ser universal; isto implica que, nesta perspectiva, se prime pelos conteúdos, até porque à medida que adquirimos conhecimento, informação, ampliamos, gradativamente, o nosso olhar

sobre o mundo e suas redes de interações, e, também, a visão de nós mesmos, nossas capacidades e limitações, bem como as dos outros, possibilitando-nos aprendizagens ampla e satisfatória para os desenvolvimentos individual e coletivo.

Compartilhando das ideias de Leonardo Boff (2007), acredito que é possível uma educação globalizada pautada na cooperação, contribuindo para a transformação da sociedade, a qual fazemos parte, e, por conseguinte, do mundo.

Para tanto, faz-se necessário que a educação contemple em toda sua filosofia propostas transformadoras de base holística. Para se tratar dos conceitos cooperação e solidariedade – ambas entendidas como identidades de sentimentos de ajuda mútua –, os recursos utilizados pelos educadores, ainda, não despertam os interesses dos educandos para estas questões.

Devido ao atual contexto histórico-social, em que o consumismo, o individualismo e a busca por melhores posições sociais a qualquer preço, são causadores de inúmeras expressões da questão social como: violências, guerras, conflitos urbanos, familiares, desrespeito aos direitos humanos.

Nesse contexto, a educação escolar assume o papel preponderante para a formação plena do indivíduo e sua inclusão de forma crítica na comunidade que tem como função social, contribuir, positivamente, na inserção do indivíduo, na sociedade, bem como ensinar valores humanos que de alguma maneira estão ligados aos valores de cooperação e solidariedade; por consequência, a escola, do ponto de vista pedagógico, não pode ser dissociada “do mundo lá fora”. Paraphraseando Morin “A escola é mais que um contexto: é o todo mesmo tempo organizador de que fazemos parte” (2001, p.37).

Por entender que a educação é global e transformadora, não devemos concebê-la de forma neutra, para tanto utilizarei as palavras proferidas no manifesto do Fórum Social Mundial de 2001, ressaltava de forma, ainda, atual:

[...] dois projetos de sociedade fracassaram relativamente ao processo civilizatório: um porque privilegiou o eu, eliminando o nós; o outro porque privilegiou o nós, desconsiderando o eu. Neste novo século, confrontam-se dois projetos antagônicos de sociedade: um subordina o social ao econômico e ao império do mercado; outro prioriza o social. Faz-se necessário construir um projeto de sociedade onde o ser humano seja resgatado na sua plenitude de eu e nós, com base na prioridade do social sobre o econômico. Para que este novo mundo seja possível, é necessário que toda a humanidade entenda e aceite a educação transformadora como pré-condição. Esta educação tem como pressupostos o princípio de que

ninguém ensina nada a ninguém e que todos aprendem em comunhão, a partir da leitura coletiva do mundo (PELANDRÉ, 2001, s/p.).

A leitura coletiva do mundo possibilita compreender a diversidade e o contexto da sociedade. Utilizados como papel importante da educação e dos educadores, na superação de dificuldades e a valorização do ser e do ato de aprender, é desafiante que, diante de uma sociedade do conhecimento, baseada na informação, uma educação com dimensão holística contribui com o desenvolvimento motor, afetivo, cognitivo, moral e social, enfim, capacidade de aprender e concretizar inovações, como forma de atender a satisfação do ser humano.

As diferenças deverão ser ponto inicial de um trajeto e não fim em si mesmo; pensando assim, buscar estratégias e processos adaptativos ou adequados à resposta das necessidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo, como de outrem, oportunizando, estimulando a todos, a buscar respostas para suas necessidades, seja ela sensórios motor, afetivo, emocional, cognitivo e social, mediante atos em que, estimulados pela vontade de aprender, haja com autonomia e cooperação.

Aprendendo e construindo sua personalidade, transformando encontros de prazer, em que o conhecimento construído melhora o viver de cada um, eleva a autoestima, a percepção de si mesmo, importante para a autonomia e independência nas relações com o meio. Desafios com visão de um novo sistema de educação voltada para o ser humano integral, beneficiando crianças, adolescentes, auxiliares escolares, professores, pais e a comunidade. Traz-se um propósito significativo na formação para cidadania, respeitando a liberdade, a iniciativa, a criatividade, que proporcionam ao aluno o desejo da autodescoberta como importante fator de aprendizagem para a construção do conhecimento e da sua autonomia.

O cotidiano da escola permite viver algo da beleza da criação cultural humana em sua diversidade e multiplicidade. Partilhar um cotidiano em que o simples “olhar-se” permite a constatação de que são todos diferentes, traz a consciência de que cada pessoa é única e, exatamente, por essa singularidade, insubstituível.

O fato dos alunos serem provenientes de diferentes famílias, diferentes origens, assim como cada professor ter, ele próprio, uma origem pessoal, e os outros auxiliares do trabalho escolar terem também, cada qual, diferentes histórias,

permite desenvolver uma experiência de interação “entre diferentes”, na qual cada um aprende e cada um ensina.

O convívio é explicitação de aprendizagem a cada momento – o que um gosta e o outro não, o que um aprecia e o outro, talvez, despreze. Aprender a posicionar-se de forma a compreender a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas, é aprender o respeito ao outro. Ensinar suas próprias práticas, histórias, gestos, tradições, é fazer-se respeitar ao dar-se a conhecer.

Para o aluno, importa ter segurança da aceitação de suas características, ter disponível a abertura para que possa dar-se a conhecer naquelas que sejam experiências particulares suas ou do grupo humano a que se vincule e receber incentivo para partilhar com seus colegas a vivência que tenha fora do mundo da escola, mas que possa ali ser referida, como contribuição sua ao processo de aprendizagem. Trata-se de oferecer ao aluno, e construir junto com ele, um ambiente de respeito, pela aceitação; de interesse, pelo apoio à sua expressão; de valorização, pela incorporação das contribuições que venha a trazer.

A formação dos professores não se separa da proposta de educação integral pensada por Anísio Teixeira. Ao contrário, ela deve estar comprometida com a elaboração, desenvolvimento e avaliação da aprendizagem do aluno. A construção do papel do professor se dá por meio da ação do mesmo, sobre a compreensão da proposta de educação integral, ação que permita a todos envolvidos no contexto educacional a apropriação da sua prática, da realidade institucional e dos contextos social e político em que estão inseridos. Isso é possível quando os professores estão envolvidos em situações que geram a compreensão, crítica e participação na criação de uma história que pertence a todos. Os conhecimentos prévios dos professores constituem-se como os primeiros instrumentos para essa participação, independente dos níveis em que estejam, quando analisados à luz de teorias.

Nesse sentido, a formação de professores para a operacionalização da política de educação integral promove a construção da identidade e autonomia profissionais, traduzidas por meio da capacidade de decidir, escolher, direcionar seu trabalho, em função dos princípios e diretrizes da proposta de educação integral. Dessa forma, a prática educacional a ser desenvolvida deve ser eixo central da formação, pois ela é, em si mesma, um processo de investigação que gera conteúdos que solicitam a pesquisa e o acesso à teoria, desconstruindo a ideia da

segregação entre teoria e prática. O conhecimento do professor deve ser, então, construído por meio da reflexão na e sobre a ação (VEIGA, 2004).

Para que o professor possa superar desafios impostos pelas mudanças que vem ocorrendo em torno da política de educação, é necessário estar em constante processo de formação. Esta formação continuada deve ser entendida como investimento pessoal, profissional, institucional, político, econômico e social, considerando que os benefícios compartilhados serão coletivos.

A formação continuada que, aqui, me refiro tem como eixo a educação para a cidadania e temas diversos que são elencados com base na realidade dos alunos. A análise destes assuntos faz parte de um movimento constante de reflexão de todos os atores envolvidos no processo educativo, o qual dará possibilidades de sustentação para o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho formativo, pois o aperfeiçoamento profissional contínuo é um dos elementos organizadores do Projeto Político Pedagógico da escola.

2 METODOLOGIA

A escolha do tema surgiu a partir da visita técnica realizada, em 2014, como parte do programa da disciplina Gestão e Avaliação de Políticas Educacionais, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Kátia Siqueira de Freitas, de trocas intelectuais, através de estudo, análise e socialização, que convergiram na ressignificação de teorias e de práticas educacionais construídas historicamente.

Diante da aproximação com o campo empírico de estudo, emergiu o desejo de compreender como o Projeto Político Pedagógico desenvolvido pela Escola Parque de Salvador/Ba contribui para a formação da cidadania? Destarte, procurei realizar uma interface em relação à proposta político-pedagógica adotada na unidade escolar pesquisada para o entendimento acerca do desenvolvimento da educação integral e as ações que orientam essa modalidade de ensino.

Esta pesquisa buscou analisar o Projeto Político Pedagógico e a formação para o exercício da cidadania à luz do pensamento de Anísio Teixeira na Escola Parque de Salvador/Ba. Por acreditar que a teoria, sem articulação com a prática, distancia o pesquisador de seu objeto de pesquisa, fazendo com que a mesma seja, perfeitamente, refutável, escolhi o método da observação qualitativa e dialética. O método dialético, aqui utilizado, fundamenta-se em Paulo Freire com base na obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), que caracteriza o método dialético enquanto compreensão de mundo.

A partir do método indutivo parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos (GIL, 2009). As estratégias utilizadas para responder às questões pertinentes à problemática são amplamente estudadas, levantando os valores qualitativos e argumentativos do objeto de estudo.

Os critérios que me fizeram refletir e escolher este tipo de pesquisa foram os pressupostos da Teoria Sociocultural (VYGOTSKY, 1998) que têm como referência que o desenvolvimento cognitivo ocorre nos contextos social e cultural, e também, da Pedagogia Crítica (FREIRE, 2001) que enfatiza a articulação entre valores e fatos. Esta é uma visão global do fenômeno Educação, na perspectiva da Educação

Integral e as atitudes de desconstrução/reconstrução de conceitos e práticas, mediante a superação das dicotomias herdadas dos paradigmas fechados pela unidade teoria/prática, conteúdo/forma, saber/saber didático da prática pedagógica.

Para atender os objetivos da pesquisa, foram pesquisadas as concepções de educação integral, cidadania e as bases legais que legitimam esse tipo de proposta educacional, além do estudo da literatura pertinente à temática, bem como análise documental por acessibilidade⁴ e foi do Projeto Político Pedagógico da instituição.

A abordagem foi, eminentemente, qualitativa, pois evidencia a importância de analisar e entender dados coletados, no campo observado, com uma visão sociopedagógica e fazendo inferências sobre os resultados analisados.

No método qualitativo, o pesquisador obtém 'medições' que apresentam maior validade interna, pois as observações não estruturadas permitem conhecer detalhes que os instrumentos estruturados (questionários) não podem obter (RICHARDSON, 1989, p.47).

Com base no pressuposto de que para fazer produzir qualquer pesquisa em educação é necessário fazer uso de uma metodologia que possibilite uma ampla visão de todos os fenômenos que permeiam esse fenômeno social dinâmico que é a educação. A presente pesquisa utilizou a investigação teórica, levantando a concepção de educação que fundamenta a proposta de educação integral.

A pesquisa em educação constitui um campo de conhecimento importante que se tem dedicado a investigar não só a ação educativa, em suas diferentes e diversas dimensões e manifestações, mas também tem-se preocupado com a discussão do processo de investigação sobre esse fazer humano. Nessas discussões, a questão metodológica tem aparecido como uma preocupação, na medida em que a investigação, especialmente, nas Ciências Humanas e Sociais, caracteriza-se pela complexidade do trabalho de pesquisa (DEMO, 1997).

A vinculação entre pesquisa e educação compreende a mediação da reconstrução do conhecimento e sua importância no pensar e no aprender a aprender orientados por um conjunto de atividades que, ao serem realizadas, levam a reconstrução de alguma teoria ou conhecimento.

⁴ Essa expressão refere-se aos documentos que foram disponibilizados pela instituição pesquisa.

Nesse sentido, para o desenvolvimento do presente estudo, optei por duas das técnicas utilizadas na pesquisa, a saber, as pesquisas documental e bibliográfica, a partir de teóricos como Anísio Teixeira, Moacyr Gadotti, Paulo Freire, Carlos Libâneo, que discutem sobre a temática de estudo.

O estudo documental, constituído por materiais que não sofreram tratamento analítico, possibilitou uma aproximação aprofundada com o campo de estudo a partir das perspectivas contidas nos documentos institucionais e de base legal referente ao objeto de estudo, associado à pesquisa bibliográfica que permitiu apropriação acerca do arcabouço teórico para fundamentação da análise dos dados coletados (GIL, 2009).

Esta fase foi compreendida por oito etapas: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamentos, análise, interpretação e redação que serviram como base para que pudesse ir a campo, confrontar os conhecimentos prévios, refletindo sobre a prática desenvolvida pela instituição, campo empírico de estudo.

A pesquisa empírica, também chamada de pesquisa de campo, pode ser entendida como aquela em que é necessária comprovação prática de algo, seja através de experimentos ou observação de determinado contexto para coleta de dados em campo. Na relação com a teoria, a pesquisa empírica serve para ancorar e comprovar no plano da experiência aquilo apresentado, conceitualmente, ou, em outros casos, a observação e experimentação empíricas que oferecem dados para sistematizar a teoria (MINAYO, 1993).

Nesta seção procurei elucidar o desenho metodológico da pesquisa com a finalidade de enfatizar os seus degraus, num posicionamento crítico, tendo como parâmetro o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), pois o mesmo diz respeito a um conjunto de instrumentos com base nos objetivos propostos do estudo.

2.1 CARATERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para caracterização do presente estudo, elegi a abordagem qualitativa por permitir a obtenção de dados descritivos, mediante o contato direto e interativo da pesquisadora com o objeto de estudo. Este tipo de abordagem [...]

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993, p.22).

De acordo com Minayo (1993), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados na busca de seu significado, contendo como base a percepção do fenômeno, dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, na tentativa de explicar sua origem, relações e mudanças, e identificando as possíveis consequências.

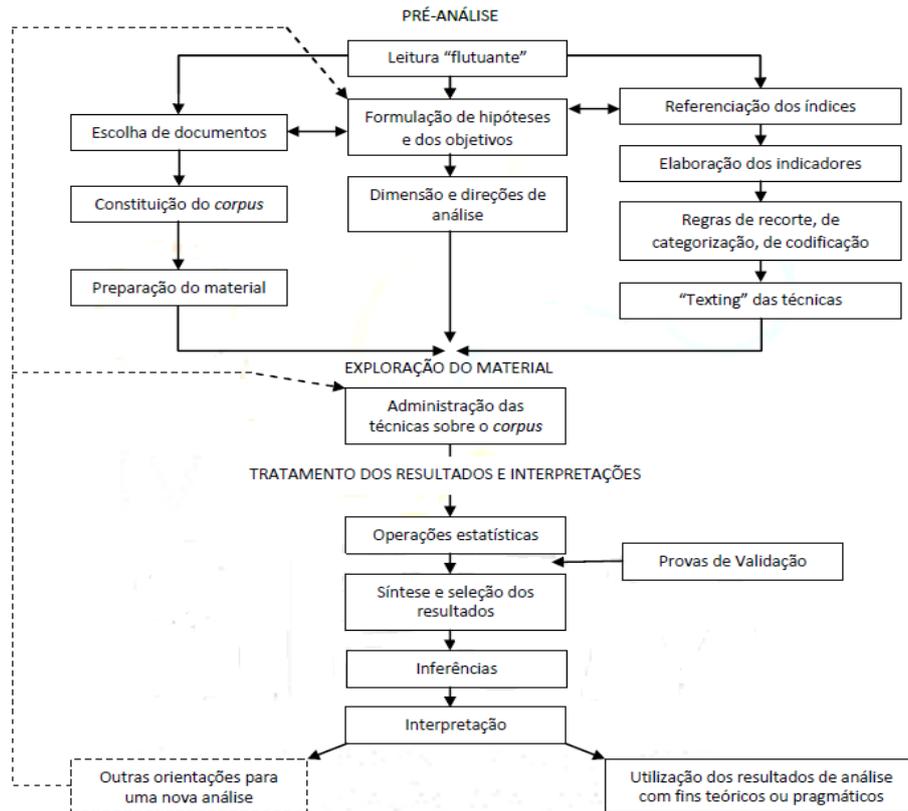
A escolha pela abordagem qualitativa deu-se em função da pesquisadora considerar que é o pressuposto metodológico que melhor atende à análise do fenômeno – instituição de ensino que desenvolve a política de educação integral –, além das possibilidades de conhecimento que o estudo proporciona por meio das relações dialógicas entre investigador e objeto investigado, conforme aponta Triviños (1987).

Com base nessa concepção, o presente estudo é visto como uma relação entre sujeitos, sendo assim, dialógica, na qual a pesquisadora é uma parte integrante do processo investigativo. A análise do fenômeno envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

A partir do pressuposto metodológico adotado, constituem como elementos de análise as relações preconizadas entre a proposta contida nos documentos oficiais, o referencial teórico consultado, as ações desenvolvidas observadas no cotidiano escolar, e as percepções de professores, coordenador pedagógico e gestor escolar sobre a concepção de educação integral, pois

a característica emancipatória da educação, exige a pesquisa como seu método formativo, pela razão principal de que somente um ambiente de sujeitos gesta sujeitos [...] a educação busca a consciência crítica, marca essencial de quem se sabe e sabe da realidade (DEMO, 2007, p. 08).

O esquema, a seguir, apresenta, de forma sistematizada, o desenho metodológico do processo de investigação, na perspectiva de Bardin (2011). De acordo com esse autor, esse esquema permite o desenvolvimento de uma análise a partir de diferentes técnicas que contribuem para a pesquisa qualitativa.



Fonte: BARDIN (2011, p.122)

O estudo faz realizar uma reflexão da teoria e prática no intuito de perceber o movimento e possíveis desafios que se apresentam na operacionalização da proposta curricular da educação integral e sua contribuição na formação do estudante para o exercício da cidadania.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ENTRADA EM CAMPO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para o alcance dos objetivos da pesquisa foi necessário adotar algumas estratégias de entrada no campo empírico estudado, como também a definição de algumas técnicas para coleta de dados, seguindo como base o processo de análise temática, que inclui três etapas, segundo Bardin (2011), a saber:

Leitura flutuante – etapa que diz respeito à pré-análise. Atividade, esta, que busca a aproximação com o tema de estudo e seleção acerca do material a ser analisado.

Exploração do material – compreende na codificação das informações contidas no material teórico para explicar os recortes nas categorias de análise.

Inferência e tratamento das informações – correspondem em analisar os dados obtidos. Neste momento, o analista, dispondo de resultados, pode propor inferências e agilizar interpretações a partir dos objetivos propostos ou informações que apresentem descobertas inesperadas.

Em consonância com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), elaborou-se o termo de consentimento livre e esclarecido, informando aos sujeitos do estudo a respeito de tema, riscos e benefícios da pesquisa, assegurando a ética na utilização das informações coletadas.

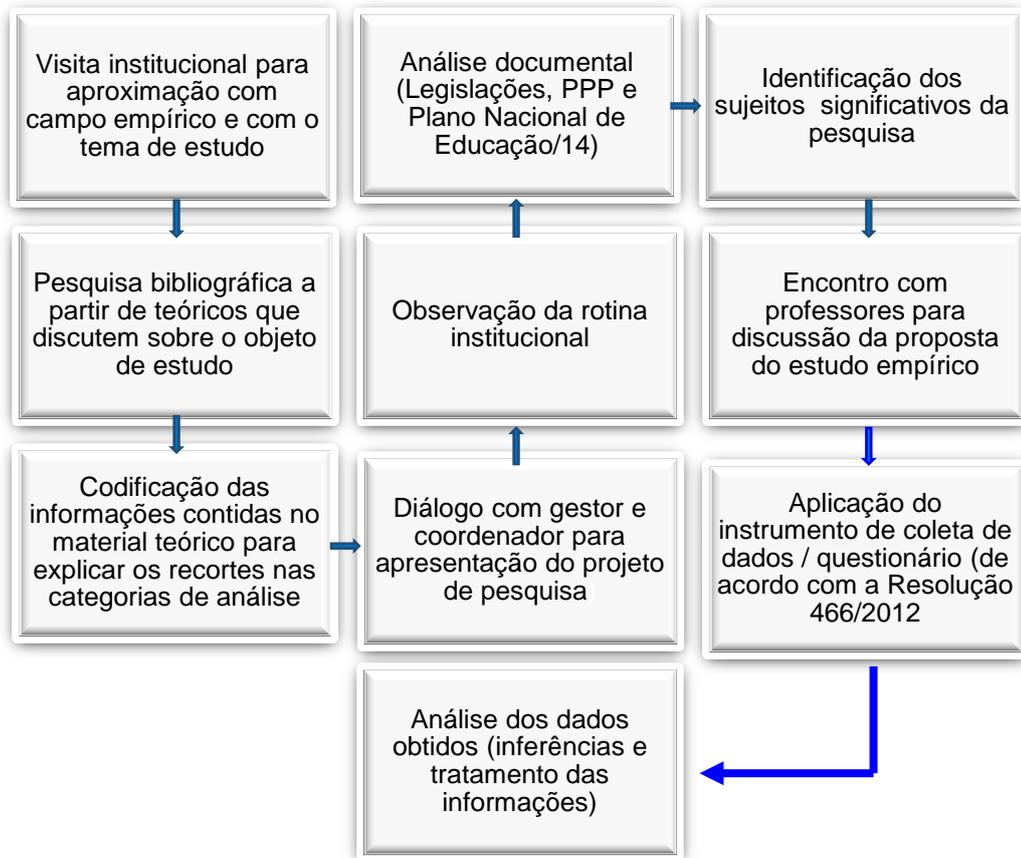
A técnica escolhida para a realização do levantamento de dados foi o questionário com questões de múltipla escolha. Este "é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador" (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). A combinação de respostas múltiplas com as respostas abertas possibilita mais informações sobre o assunto, sem prejudicar a tabulação.

A escolha por questionário, com questões abertas e fechadas, como instrumento de coleta de dados, justifica-se em função da intenção de investigação em perceber como cada um dos sujeitos participantes do estudo concebe a proposta de educação integral e seu significado para a formação da cidadania. Oportuniza, ainda, elementos consistentes de modo a contribuir com a compreensão e descrição da lógica implícita ou não, que permeiam as relações sociais que se estabelecem no cerne do ambiente escolar.

Com base no roteiro utilizado para atores distintos da escola (professores, coordenador e gestor), possibilitou-se uma aproximação dialógica entre a pesquisadora e os colaboradores da pesquisa. Fato, este, que contribuiu de maneira eficaz com a coleta dos dados, permitindo, ainda, flexibilidade na composição das informações obtidas no decorrer da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

As estratégias de entrada em campo de pesquisa e as técnicas de coleta de dados podem ser compreendidas no fluxograma de processos (LONGO, 2010), que compreende a sequência de atividades das etapas desenvolvidas, durante a realização do estudo. O uso do fluxograma permitiu o detalhamento do passo a passo adotado de forma a facilitar a organização e análise das informações coletadas, conforme apresentado na ilustração a seguir:

Fluxograma do Processo de Investigação



Fonte: Própria

A visita institucional contribuiu para a aproximação com o campo empírico e construção de vínculos com os sujeitos participantes da pesquisa. Foi um momento de acolhimento por parte da gestão escolar que favoreceu o processo de coleta de dados.

Os estudos bibliográfico e documental permitiram a compreensão da literatura e legislação que versam sobre a temática. Em seguida, realizei a seleção e organização do material utilizado na fundamentação teórica da pesquisa e codificação das categorias de análise.

A partir do referencial teórico, deu-se início ao tratamento dos dados coletados junto aos participantes envolvidos com a prática da educação integral. As informações dos estudos preliminares deram base teórica para fazer uma análise comparativa dos dados empíricos das entrevistas. A intenção da pesquisa foi identificar suas percepções sobre a concepção de educação integral e a formação do estudante para a cidadania.

Para mapear esses sujeitos da pesquisa que fossem significativos foram necessários alguns contatos pessoais, através de visitas informais à instituição pesquisada. Após esses contatos, houve negociação com a gestão e coordenação escolar para observação da rotina institucional bem como de atividades realizadas no ambiente escolar. Algumas explicações acerca do objetivo da instituição, parceira da pesquisa, fizeram-se necessárias, visto que é comum o interesse do entrevistado em saber qual o tratamento a ser dado em relação a sua fala.

As informações fornecidas sobre a finalidade da pesquisa, seu objeto de estudo, a instituição vinculada e os planos para executá-la, inspiraram confiança e credibilidade, tanto na pesquisa quanto no pesquisador, pois, a partir dessas informações, a pessoa candidata à participante percebe a seriedade e a relevância de sua contribuição no levantamento de dados.

No que se refere à abordagem qualitativa, para coleta de dados apliquei questionários com o gestor escolar, o coordenador pedagógico e professores que atuam diretamente com a proposta de educação integral idealizada por Anísio Teixeira. Tal procedimento de pesquisa teve embasamento no documento Projeto Político Pedagógico que respalda a dinâmica interna para que ocorra a formação da cidadania com base na concepção de educação integral.

Na fase de análise qualitativa dos dados procedi à observação e interpretação dos dados obtidos nas etapas investigativas anteriores, considerando as respostas do público pesquisado e, também, os aspectos subjetivos (opiniões, revelações e tendências) sobre a educação integral e a formação para a cidadania. Segundo Bardin (2011), existem diferentes maneiras de se proceder a uma análise de dados nos diferentes suportes linguísticos.

No caso do presente estudo, optei por três procedimentos básicos. O primeiro corresponde à pré-análise mediante o conhecimento, organização e leitura do material coletado; em seguida, a exploração do material, momento em que transformei esse material em subsídios de análise, fazendo a definição de unidades de conteúdo das falas dos sujeitos contidas nas respostas aos questionários (BARDIN, 2011).

Uma vez definidas essas unidades de conteúdo, elaborei as categorias temáticas para análise, ou pela repetição do próprio assunto, ou pela junção de duas ou mais unidades por sentido equivalente, ou dentro de campo de significado. A

categoria temática, assim, formada assume uma nova denominação. A partir das categorias temáticas avancei para a discussão das respostas dos entrevistados.

O caminho metodológico proposto visou à construção de um produto que possa ser apreciado de forma contributiva para a compreensão acerca do desenvolvimento da educação integral bem como as ações que orientam essa modalidade de ensino e o processo de formação para a cidadania, na rede pública de ensino.

2.3 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A ética é um aspecto que deve ser pensado e considerado em todos os tipos de pesquisa que envolve seres vivos. Em se tratando de pesquisa qualitativa demanda uma atenção especial, uma vez que estuda a subjetividade dos sujeitos participantes do estudo.

Antes de proceder a coleta de dados da pesquisa, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador, em atendimento à Resolução 466/2012 do CNS, para apreciação e aprovação. Após aprovação do projeto pelo referido Comitê, iniciei a coleta de dados através da aplicação dos instrumentos de investigação.

O contato inicial com os sujeitos da pesquisa deu-se mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes da aplicação do instrumento. O estudo não envolveu riscos significativos aos participantes, além da expressão da sua opinião. Para minimizar qualquer desconforto e manter a privacidade dos mesmos, a entrevista preservou o seu anonimato no intuito de resguardar a identidade dos entrevistados.

Elucidei aos sujeitos envolvidos na pesquisa a liberdade de participar ou não do estudo, bem como, retirar seu consentimento, caso em qualquer momento do processo de investigação assim o desejassem.

A participação, neste estudo, não trouxe nenhum ganho financeiro, mas está colaborando para a ampliação de discussões acerca da qualidade de ensino básico envolvendo a formação da cidadania e educação integral no Brasil. Também não acarretou despesas nem danos para os envolvidos.

2.4 O LÓCUS DA PESQUISA

Figura 01: Instituição campo empírico do estudo



Fonte: Imagem autorizada pela Instituição

A presente pesquisa teve como campo empírico de estudo o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, mais conhecida como Escola Parque, situado no bairro da Caixa D'Água, município de Salvador, período de 2015-2016.

Inaugurado em 21 de setembro de 1950 e reinaugurado em 2002, fundamentada na proposta de educação idealizada pelo educador Anísio Teixeira e concretizada no governo de Otávio Mangabeira (1947-1950). Seu nome homenageia o educador baiano Ernesto Carneiro Ribeiro⁵.

O Centro revolucionou as propostas educacionais no País, passando a ser considerada em sua gênese, uma instituição pioneira de educação integral voltada para a população carente. É importante destacar que os estudantes que frequentam a instituição, em sua maioria, são afrodescendentes, e esse aspecto é, amplamente,

⁵ Ernesto Carneiro Ribeiro foi um médico, professor, linguista e educador brasileiro, conhecido entre os historiadores brasileiros, por exemplo, pela polêmica mantida com Ruy Barbosa, seu ex-aluno, acerca da revisão ortográfica do Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.informacoesemfoco.com/2014/09/personalidades-negras-que-mudaram-o_14.html

considerado pela escola, sobretudo no que concerne a valorização da cultura e de um ambiente social que perpassa o princípio da equidade.

A proposta educacional implementada pela instituição baseia-se no acesso a um conjunto de aprendizagens sobre trabalho, diversidade cultural e criatividade, reiterando os ideais de educar para a vida em sociedade e para a democracia, ou seja, contribuir para a formação da cidadania dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem no mundo onde estão inseridos e no tempo a que pertencem, além do currículo básico.

Apesar de construída e inaugurada em 1950, dentre as inúmeras realizações de Anísio Teixeira, a Escola Parque, em Salvador, foi a proposta de concepção pedagógica que alcançou maior repercussão no Brasil e no âmbito internacional, pois rompia com o paradigma de educação tradicional da época, sendo considerada um marco na história de educação brasileira enquanto capaz de preparar os alunos para a vida e uma sociedade em constante mudança.

Apresenta um diferencial quanto às infraestruturas físicas, cultural e social, pois a Escola Parque possui cerca de 42.000 metros de área construída de base arquitetônica adequada para um espaço humanizado e diferenciado em se tratando de espaço escolar. Organizada de diversos pavilhões – Escola Parque e Escolas-Classe – o complexo educacional destina-se às atividades educativas e culturais envolvendo: artes industriais, trabalhos manuais, atividades esportivas, dentre outras de caráter socializador.

Conforme a rotina prevista na proposta educacional, durante um turno os alunos estudam em uma das escolas-classe e no turno oposto eles participam de uma das atividades na Escola-Parque em que, durante o período de permanência no Centro de Educação Popular, recebem assistências médica, dentista, orientação educacional e merenda escolar.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque conta, hoje, em suas dependências, um total de 50 salas de aula, mas apenas 20 salas de aulas encontram-se em funcionamento devido ao processo de reforma dos demais espaços, sala de diretoria, laboratório de informática, quadra de esportes coberta, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro, refeitório, despensa, almoxarifado, auditório e área verde.

A proposta pedagógica do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque contempla a realização de oficinas, com o propósito de disseminar informações que contribuam com a formação do sujeito para cidadania, tendo em vista a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos e construídos nos diversos contextos sugeridos, estimulando o respeito às diversidades socioculturais e estimulando o diálogo do sujeito com suas bases de origem.

Sendo assim, a partir da aproximação com o Projeto Político Pedagógico da Instituição, é possível perceber que o Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque busca contemplar, em sua proposta pedagógica, uma concepção de educação que parte do princípio de que todos aprendem e a mudança no sistema de ensinar vai à direção do aprender associando a educação inclusiva. Cada indivíduo busca a integralidade do seu existir, participando ativamente da construção do seu projeto de vida.

Diversos suportes técnicos são necessários a um processo de construção de conhecimento pelos atores envolvidos no processo educativo, que possibilitam a potencialização de competências e habilidades metacognitivas, sócio-afetivas e psicomotoras, necessárias ao equilíbrio do processo de construção do conhecimento. (GEDEAN, 2009)

Na perspectiva de incorporar ações inovadoras às tendências contemporâneas de educação no século XXI, incluindo seus princípios e pilares basilares, associando a reflexões referentes à educação e sociedade da informação além das transformações advindas do mundo do trabalho, foram estruturados oito Núcleos de Aprendizagem na Escola Parque com a finalidade de desenvolver atividades a partir de uma série de projetos diversificados, conforme descritos a seguir:

1. Núcleo de Projetos Especiais (NUPES): criado em 2003 e encontra-se em funcionamento até os dias atuais, visa proporcionar ao aluno uma compreensão integral do indivíduo no seu aspecto biopsicossocial. Atua com ações pedagógicas diversificadas contemplando solicitações tanto dos alunos como sugestões apontadas pela comunidade que faz parte do entorno da instituição.

O envolvimento da comunidade favorece o processo de inclusão social e o fortalecimento de uma gestão participativa contribuindo com a melhoria contínua do processo educativo. O núcleo preconiza em sua proposta pedagógica um espaço de

tempo e aprendizagem significativas para quem dele necessite, em consonância com os princípios da educação inclusiva, a partir de atividades que incentive a integração e participação de todos como fundamento essencial à dignidade e ao exercício dos direitos humanos.

Quadro 01 – Projetos realizados pelo Núcleo de Projetos Especiais em 2015

NUPES / 2015	Projetos Especiais
	Aluno Guia
	Atividade Física Melhor Idade
	Psicopedagogia
	Viva Mentis (Melhor Idade)

Fonte: Projeto Político Pedagógico Escola Parque – Salvador / 2015. Organizado pela pesquisadora.

2. Núcleo de Leitura e Pesquisa (NULEP): este Núcleo funciona no espaço da Biblioteca Carmen Teixeira, local em que, além das atividades específicas de biblioteca, desenvolve projetos educacionais voltados para o incentivo à prática de leitura. Com base no modelo de educação defendido por Anísio Teixeira, os professores orientam seus alunos na construção de pesquisas e, a partir destas, desenvolvem Projetos Pedagógicos com a finalidade de fomentar a leitura e produção do conhecimento associando o conhecimento intelectual à vivência prática.

Quadro 02 – Projetos realizados pelo Núcleo de Leitura e Pesquisa em 2015

NULEP / 2015	Projetos Especiais
	Cinema com Ideias
	Contação de Histórias

Fonte: Projeto Político Pedagógico Escola Parque – Salvador / 2015. Organizado pela pesquisadora.

3. Núcleo de Artes Visuais (NAVI): sua finalidade é proporcionar ao aluno a vivência de construções artísticas desde a idealização, planejamento, elaboração de roteiros com usos de técnicas, materiais diversos e estudos que potencializem o senso de criatividade, através de oficinas com linguagens próprias e específicas da cultura local. A partir do enfoque dado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, em que a arte é considerada como área do conhecimento, reconhecendo sua

importância para a formação acadêmica e pessoal do aluno, o NAVI concentra em suas atividades pedagógicas o desenvolvimento do conhecer, do prazer e do fazer artístico propriamente dito.

Quadro 03 – Oficinas realizadas pelo Núcleo de Artes Visuais em 2015

NAVI / 2015	Projetos Especiais
	Arte em Madeira e Decoupage
	Artes Plásticas
	Artesanato e Biscuit
	Cartonagem, Faixas e Letreiros
	Corte e Costura
	Escultura em Cerâmica

Fonte: Projeto Político Pedagógico Escola Parque – Salvador / 2015. Organizado pela pesquisadora.

4. Núcleo de Jardinagem (NUJA): criado em 2002, este Núcleo tem como objetivo despertar nos alunos habilidades na área de Jardinagem. As atividades são desenvolvidas na modalidade de oficinas associando o conhecimento teórico a vivência prática, conforme idealizado pelo educador baiano Anísio Teixeira. (Fonte: PPP – Centro Educacional Carneiro Ribeiro / 2015)

5. O Núcleo de Alimentação (NUAL): composto por algumas oficinas de confeitaria e padaria, este, também, é um núcleo onde viabiliza as refeições dos alunos. Os cursos são ofertados para os alunos matriculados nas escolas que fazem parte do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, permitindo, também, o acesso para pessoas que fazem parte da comunidade local. Sua finalidade é propiciar a compreensão de conceitos de alimentação e saúde além de ofertar orientações para uma alimentação saudável e mais nutritiva. (Fonte: PPP – Centro Educacional Carneiro Ribeiro / 2015)

6. Núcleo de Informação, Comunicação e Conhecimento (NICC): este Núcleo visa apresentar registros fotográficos, mostra de vídeos e produções literárias e científicas realizadas por alunos e professores da instituição. O NICC busca a integração audiovisual, a informática e a *internet* à vida escolar e cotidiana dos atores que dele participa, e, especialmente, ao interlocutor desses saberes, que é o professor. Participam desse núcleo, além dos alunos, a coordenação, professores habilitados em Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua

Francesa e Matemática, e pessoal de apoio, proporcionando a interlocução de diversos saberes, tecendo saberes produzidos dentro e fora da escola, dialogando entre si. (PPP – Centro Educacional Carneiro Ribeiro / 2015)

Quadro 04 – Projetos realizados pelo Núcleo de Informação, Comunicação e Conhecimento em 2015

NICC / 2015	Projetos Especiais
	Espanhol com Informática
	Informática Básica
	Inglês com Informática
	Manutenção Micro/Notebook
	Matemática com Informática
	Português com Informática

Fonte: Projeto Político Pedagógico Escola Parque – Salvador / 2015. Organizado pela pesquisadora.

7. Núcleo de Pluralidade Artística (NUPA): tem como finalidade o desenvolvimento de atividades que envolvam expressão corporal e musicalidade respeitando as diversidades culturais e intergeracional por meio da valorização da arte pela dança, teatro e instrumentos musicais. Este Núcleo conta como parceiros os estudantes que participam das Escolas-classe, das famílias dos alunos e da comunidade que habita o entorno da instituição, promovendo uma interação entre as diversas faixas etárias.

Quadro 05 – Projetos realizados pelo Núcleo de Pluralidade Artística em 2015

NUPA / 2015	Projetos Especiais
	Dança Moderna
	Hip Hop
	Coral
	Flauta Doce
	Percussão
	Violão
	Violino
	Teatro

Fonte: Projeto Político Pedagógico Escola Parque – Salvador / 2015. Organizado pela pesquisadora.

8. Núcleo de Pluralidade Esportiva (NUPE): este Núcleo compreende o esporte enquanto fenômeno social e prática pedagógica transformadora. Criado como recurso pedagógico para sensibilizar os alunos sobre a importância da prática esportiva, além de incentivar o desporto como um hábito que contribui para uma vida mais saudável.

Através deste Núcleo, são desenvolvidos projetos interdisciplinares com o objetivo de motivar e incentivar a integração entre os diversos saberes necessários ao convívio em sociedade, além de disseminar um diálogo com a cultura de paz nas relações humanas.

O quadro nº 6 a seguir, apresenta as modalidades esportivas contempladas no Projeto Político Pedagógico da instituição.

Quadro 06 – Projetos realizados pelo Núcleo de Pluralidade Esportiva em 2015

NUPE / 2015	Projetos Especiais
	Basquetebol
	Capoeira
	Futsal
	Ginástica Aeróbica
	Ginástica Rítmica
	Ginástica Artística
	Handebol
	Jiu-Jitsu
	Karatê
	Swing Bahiano (ginástica)
	Voleibol
	Xadrez

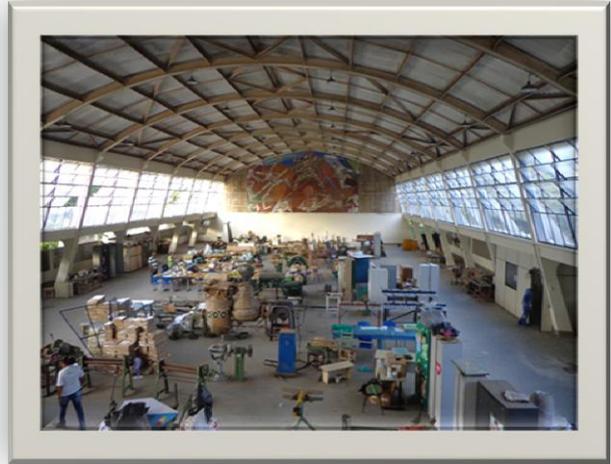
Fonte: Projeto Político Pedagógico Escola Parque – Salvador / 2015. Organizado pela pesquisadora.

Na operacionalização das atividades esportivas, são considerados temas transversais como – meio ambiente, saúde, orientação sexual, pluralidade cultural, ética, trabalho, dentre outras demandas sinalizadas pelos participantes do Núcleo.

Para garantir um melhor aprendizado e combinar atividades manuais e intelectuais, foi necessário um terreno que oferecesse boa ventilação e irradiação

solar constante. Obedecendo a topografia do terreno a estrutura encontra-se murada, com área bem definida, inteiramente envolvida por construções contemporâneas, preservando o uso residencial do bairro.

Figura 02: Ilustrações das instalações internas



Fonte: Imagens autorizadas pela Instituição

As ilustrações a seguir apresentam a planta de situação da Escola Parque com a localização dos equipamentos existentes.

Figura 03: Planta de situação da Escola Parque e localização dos equipamentos existentes.



Fonte: Cadernos do IPAC, 8, 2014.

Figura 04: Planta de situação da Escola Parque e localização dos equipamentos existentes (continuação).



Fonte: Cadernos do IPAC, 8, 2014.

2.5 A PROPOSTA CURRICULAR

A proposta curricular da Escola Parque baseia-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, através da articulação curricular entre os conteúdos disciplinares da Base Nacional Comum e os conteúdos da Parte Diversificada, tendo como fundamento a interdisciplinaridade e a produção de diversos saberes. (PPP do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, 2005).

As atividades educativas integradas ao currículo escolar e contempladas no PPP/Proposta Curricular da Escola para o Ensino Fundamental e Médio definem-se em termos de capacidades de ordem cognitiva, física, afetiva, de relação interpessoal e inserção social, ética, estética e profissional, tendo em vista uma formação ampla. Dentre eles podemos destacar:

- compreendendo a cidadania como participação social e política;
- posicionado-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais;
- utilizando diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal;
- sabendo utilizar as diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos;
- questionando a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los;
- articulando saberes acadêmicos com o mundo do trabalho e da tecnologia;
- percebendo-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente (P.P.P., 2005, p. 43).

As ações corroboram para que o P.P.P., em sua essência, contribua na construção crítico-reflexiva, fortalecendo o papel social da escola. A proposta educativa do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque busca estimular práticas de estudos independentes da autonomia intelectual e profissional do aluno, reconhecendo-se suas experiências, seus conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, conforme Art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases (n. 9.394/96) “[...] o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades”.

O Projeto Político Pedagógico, adotado pela instituição de ensino, segue a matriz curricular da Educação Integral para o Ensino Fundamental II organizada em consonância com a Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 (Ministério da Educação) que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental

de 9 (nove) anos, ressaltando os princípios concernentes à natureza da oferta da educação integral em tempo integral.

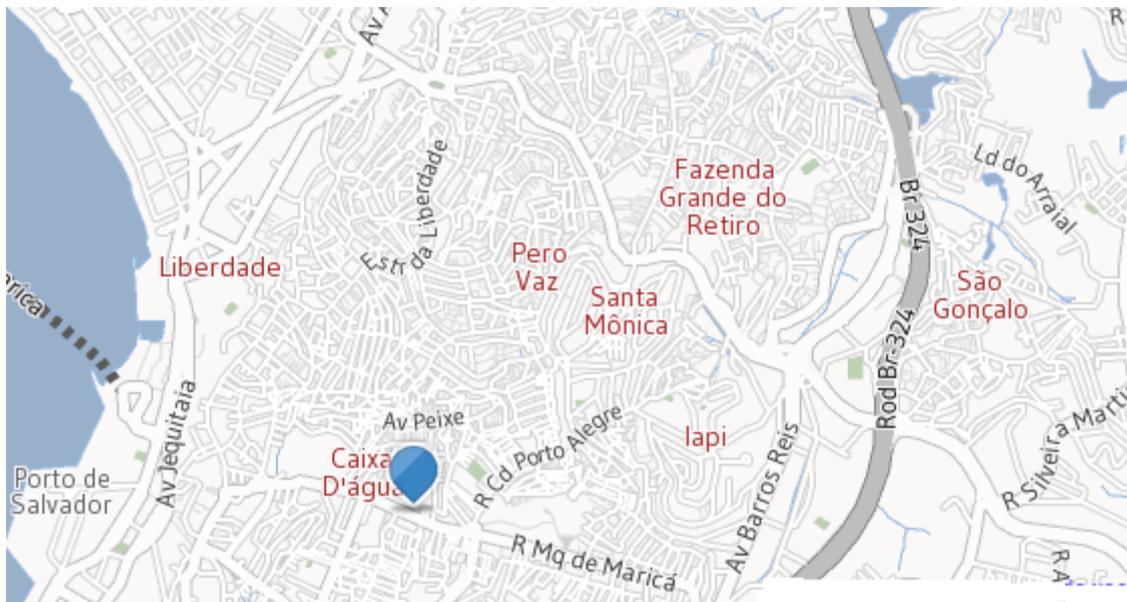
A operacionalização da proposta de educação desenvolvida pela Escola Parque visa a possibilidade de levar os alunos a darem saltos qualitativos na cognição, e, também, na questão afetiva; na realidade, o relacionamento interpessoal entre professores e alunos, bem como busca atuar de maneira ampla, contemplando diversos aspectos do sujeito tanto no que se refere às questões pedagógicas quanto às questões socioculturais. Nesta acepção,

Como a escola visa formar o homem para o modo de vida democrático, toda ela deve procurar, desde o início, mostrar que o indivíduo, em si e por si, é somente necessidades e impotências; que só existe em função dos outros e por causa dos outros; que a sua ação é sempre uma transação com as coisas e pessoas e que saber é um conjunto de conceitos e operações destinados a atender àquelas necessidades, pela manipulação acertada e adequada das coisas e pela cooperação com os outros no trabalho que, hoje é sempre de grupo, cada um dependendo de todos e todos dependendo de cada um (TEIXEIRA, 1956, p. 10).

Com base na citação acima, constato que o processo de interdependência e cooperação mútua torna-se imprescindível na formação para o modo de vida democrático. A Escola Parque busca explorar novas práticas no ambiente escolar que se utilize de diferentes experiências vivenciadas fora do espaço formal da escola para a construção da aprendizagem que possibilite ao aluno ter maior iniciativa, proporcione reflexão, expresse e crie livremente, pois, a partir dessas experiências, venha possibilitar o desenvolvimento de habilidades afetivas, motoras, sociais e cognitivas, oferecendo prazer e maior significado à aprendizagem.

A proposta da instituição prima por manter acesa a filosofia do educador Anísio Teixeira e a esperança de milhares de alunos da rede pública de ensino de poderem adquirir autonomia intelectual e afetiva, aliados ao aprendizado teórico-prático, articulando o núcleo comum acoplado ao diversificado, contribuindo com o desenvolvimento integral do sujeito de forma expressiva na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, vindos, dessa forma, responder às carências da comunidade local.

2.5.1 A Comunidade Caixa D'Água – características locais



Fonte: http://www.apontador.com.br/local/ba/salvador/escolas_publicas

Como em todo cenário social, o bairro da Caixa D'Água, local onde está situada a Escola Parque de Salvador, apresenta dificuldades oriundas de um bairro populoso, com carências de emprego, com índices de violência noticiados pelas autoridades, assim como apresenta importante envolvimento da comunidade em manter seus filhos matriculados e frequentando a escola.

A questão da violência, enquanto uma das expressões da questão social, tem adentrado à escola. Em função da complexidade desse fato, foi criado, no Centro, um Apoio Jurídico, o qual está vinculado ao Núcleo de Projetos Especiais da Escola Parque, atuando como mediador nas situações de conflitos.

A comunidade considerada de baixa renda apresenta dificuldades de ordem social, econômica e política, a qual precisa e luta pela manutenção de uma escola de qualidade que garanta a inclusão social dos alunos e alunas oriundos do bairro da Liberdade e adjacências, com o intuito de formar cidadãos críticos e participativos no cenário da educação baiana.

Sua população é composta por trabalhadores domésticos, vendedores ambulantes, pequenos comerciantes e artesãos. O bairro oferece diferentes serviços, desde postos de saúde a hospitais públicos, correios, supermercados de pequeno porte, padarias, lojas de roupas e vendedores ambulantes. Esses

diferentes serviços contribuem para possibilidades de subsistência na própria comunidade.

2.6 OS SUJEITOS DO ESTUDO

Ao ato inicial à análise dos dados procedeu à descrição do perfil dos sujeitos da pesquisa, no caso, gestor escolar, coordenador pedagógico, professores. Essas informações contribuem como fatores de contextualização profissional, no sentido de se perceber a formação profissional e experiência em relação ao envolvimento com a prática de educação integral.

2.6.1 Gestor Escolar

A gestão escolar é uma ação que envolve a interação de todos os componentes que entram em curso para uma determinada relação. Tanto no enfoque administrativo como no enfoque da gestão a competência é fundamental, mesmo porque são as pessoas que fazem a diferença, não os equipamentos que fazem funcionar as coisas. São as pessoas usando os equipamentos, os métodos, técnicas e conceitos (LUCK, 2002).

No caso da instituição pesquisada, foi possível observar, durante a coleta de dados, que a gestão escolar tem a preocupação em manter uma rotina de funcionamento que favoreça a gestão participativa.

Em se tratando do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque, constatei que a prática gestora adotada na instituição procura manter as ideias concebidas de gestão democrática preconizadas por Anísio Teixeira. Com base nos princípios da gestão participativa estimula um pensar coletivo envolvendo a comunidade nas esferas familiar, discente, docente e administrativa sendo o gestor escolar o articulador do processo educativo e emancipatório.

Na pesquisa realizada compreendi que a gestão democrática e participativa é um procedimento que “[...] envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico” (FREITAS et al, 2012, p. 19).

Com relação ao perfil do gestor participante da pesquisa, curiosamente identifiquei que o mesmo é formado em Licenciatura Plena na área de Construção Civil com atuação, aproximadamente, de 25 anos na área de educação, sendo que há 18 anos atua na Rede Estadual de Ensino. Como gestor da Escola Parque, sua experiência corresponde a 15 anos. As principais atividades desempenhadas são: acompanhamento e operacionalização de toda parte financeira local, inclusive prestação de contas para o Estado.

2.6.2 Coordenador Pedagógico

A coordenadora pedagógica participante do estudo é licenciada em Pedagogia e dentre suas especializações possui doutorado em família e mestrado em Educação. Atua há 23 anos, na educação básica, e como coordenadora pedagógica da Escola Parque de Salvador, há 14 anos.

Dentre as atividades desenvolvidas na instituição, as principais sinalizadas foram: reuniões pedagógicas junto aos coordenadores de núcleos, articuladores de área e demais coordenadores das Escolas Classe.

A mesma é responsável pela viabilização e organização de jornadas pedagógicas, eventos comemorativos, reuniões de pais, atendimento a estagiários e pesquisadores, além de ser articuladora das alterações do Projeto Político Pedagógico da escola junto a professores e comunidade escolar.

2.6.3 Professores

No que concerne ao perfil dos 03 professores que colaboraram com a pesquisa, respondendo o questionário para a análise empírica, podemos considerar as seguintes descrições:

Professor 01:

Possui Licenciatura Plena em Educação Física, pós-graduado nas áreas de Treinamento Esportivo e Gestão Desportiva. Atua na Escola Parque há 14 anos como professor do Núcleo de Pluralidade Esportiva nas modalidades de Futsal e Xadrez. Dentre outras atividades realizadas na instituição é responsável pela

organização e execução de planos de ação do núcleo que atua contribuindo, quando necessário, com a implementação do Projeto Político Pedagógico vigente.

Professor 02:

Com Licenciatura em Música e Bacharelado em Trompete, atua desde 1989 na Escola Parque como membro do Núcleo de Pluralidade Artística responsável pelas Oficinas de Sopro e Percussão.

Professor 03:

Artista Plástica com especialização em Restauração e Arteterapia Junguiana. Atua como docente na Escola Parque há, aproximadamente, 24 anos como membro do Núcleo de Artes Visuais desenvolvendo suas atividades na Oficina de Artes Plásticas. Dentre outras atividades realizadas na instituição também é facilitadora na área de Tecelagem.

2.7 A ANÁLISE DOS DADOS

As informações obtidas durante a coleta organizada tem como referência a proposta da análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977), ocorre nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Conforme ilustração a seguir:



Fonte: Adaptado de Bardin (2011).

Com referência em Bardin (1977), a pré-análise é entendida como a leitura flutuante de todos os documentos, a exploração do material consiste essencialmente de operações de codificações em função de regras previamente formuladas, e os resultados quando tratados de maneira a serem significativos e válidos, possibilitam ao pesquisador propor inferências e realizar interpretações a propósitos dos objetivos previstos ou inesperado.

Sendo assim, a partir da análise dos conteúdos dos documentos, buscou-se compreender se as informações/orientações contidas oficialmente estão, de fato, sendo materializada na prática, observando a existência ou não das intenções que fundamentam o discurso de quem elabora e a operacionalização de quem realiza (TRIVIÑOS, 1987). A análise final dos dados foi dirigida para uma vinculação estratégica com a realidade vivenciada e pelo movimento incessante entre o empírico e o teórico, revelando o objeto do estudo.

Realizei a análise de conteúdo nos documentos pesquisados visando compreender se o que está sendo posto na legislação oficial está sendo desenvolvido na prática escolar. Essa dinâmica poderá ser capaz de identificar as contradições que perpassam o discurso de quem elabora e de quem operacionaliza. (TRIVIÑOS, 1987).

Foram selecionados para a análise os seguintes documentos: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96; o Plano Nacional de Educação (2014-2022) – Lei n. 10.172; Decreto Federal 7.083/10, que dispõe sobre a Educação Integral, a Política de Educação Integral; o Projeto Político Pedagógico da escola; bem como o planejamento de atividades extracurriculares disponibilizados pela instituição pesquisada.

A análise e interpretação dos dados coletados foram organizadas a partir da priorização da dimensão pedagógica, correlacionando-os com os objetivos da pesquisa. Em seguida, os dados foram categorizados em subitens, vinculando-os à dimensão pedagógica proposta pela escola e a literatura consultada na busca de identificar, a partir do diálogo entre pesquisadora e informantes, as respostas semelhantes, divergentes ou complementares, concordâncias e contradições.

Quadro 07 – Unidades de análise

Unidades de conteúdos abordados pelos entrevistados
1. Concepção de Educação Integral
2. Rendimento Escolar
3. Concepção de Cidadania
4. Cidadania: tema transversal
5. Projeto Político Pedagógico

Fonte: Própria

Em etapa seguinte, as unidades de análise do Quadro 07, coincidentemente, investiram-se na condição de categorias temáticas que passaram a representar o que seriam ainda as perguntas do questionário. Isso porque as 05 unidades de análise (ou perguntas) apresentam conteúdos diferentes, não sendo possível condensar duas ou mais unidades por afinidade ou sentido equivalente, como orienta Bardin (2011).

As categorias são classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob o título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2011, p. 117-118).

Com base na explicação de Bardin (2011), reitera-se a condição de sentido único das unidades de análise (perguntas reorganizadas), revestindo-se em categorias temáticas. Essas categorias serviram de base para a discussão dos pontos de vista das entrevistas. O Quadro 08 expõe as categorias temáticas já definidas para iniciar a discussão com o apoio das referências teóricas trabalhadas nas seções anteriores.

No final da discussão de cada categoria, as reflexões das entrevistas foram resumidas em enunciado que evidencia a percepção dos entrevistados sobre cada tema abordado. Em etapa posterior, fiz uma sinopse das percepções dos participantes da pesquisa (gestor, coordenadora e professores), conforme objetivo da pesquisa – analisar como a educação pública vem contribuindo para a formação da cidadania do aluno face à Política de Educação vigente, com base na proposta de educação integral idealizada por Anísio Teixeira.

Quadro 08 – Unidades de análise

Categorias equivalentes às Unidades de Análise
1. Concepção de Educação Integral
2. Rendimento Escolar
3. Concepção de Cidadania
4. Cidadania: tema transversal
5. Projeto Político Pedagógico

Fonte: Própria

Cada categoria temática foi coletada a partir dos registros das informações emitidas nos questionários, com análise e inferências sobre suas opiniões. A primeira categoria analisada foi referente à Concepção de Educação Integral. Sobre essa categoria os entrevistados responderam:

“A educação integral precisa formar pessoas aptas a exercerem a sua cidadania” (Gestor Escolar).

“É aquela que tangencia a formação integral do estudante, ou seja, além das disciplinas do núcleo comum ao currículo, o sujeito na formação integral tem a oportunidade de vivenciar atitudes éticas, estéticas e democrática sobre o mundo das artes e de experiências sociais, as quais são vivenciadas nessa formação” (Coordenadora Pedagógica).

“É a maneira mais benéfica e adequada de se conseguir resultados no desenvolvimento e futuro de um País. Projeção de melhores perspectivas da criança em todas as suas vertentes de evolução, oportunizando a mesma um leque de opções que não seria possível em uma escola de ensino regular” (Professor 01).

“É a que complementa, a que reforça de fato na prática, os ensinamentos do turno oposto do educando para a escola e para a vida” (Professor 02).

“Educação completa, onde possibilita ao educando não só conhecimento, mas todas as noções de cidadania, ética, transformando o aluno em agente de transformação na comunidade em que está inserido” (Professor 03).

As respostas fornecidas são equivalentes no sentido de haver um entendimento que a concepção de educação integral está para além dos conteúdos que fazem parte dos componentes curriculares pertencentes ao núcleo comum da educação. A compreensão sobre a educação integral é algo que permeia o fazer profissional dos entrevistados, pois é um tema recorrente na rotina institucional e permite manter a memória viva de Anísio Teixeira. Isso pode ser visto também no aparato legal já citado neste estudo como, também, nos documentos internos da Escola Parque.

A segunda categoria diz respeito ao rendimento escolar. Quanto a essa categoria, as impressões evidenciadas revelaram que:

“Melhorou, mas não está tão satisfatório” (Gestor Escolar).

“Melhorou, está muito satisfatório” (Coordenadora Pedagógica).

“Melhorou, mas não está tão satisfatório” (Professores 01, 02 e 03).

As falas dos respondentes são claras no aspecto da melhoria em relação ao rendimento escolar dos estudantes. Porém, deixam evidências de que, apesar da melhoria, ainda não consegue atingir o grau de satisfação que melhor reflete o rendimento escolar esperado no cenário atual.

O relatório sobre experiências/práticas desenvolvidas no que diz respeito à educação integral (2007) elaborado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC), traz um elenco de reflexões, orientações e metodologias para o desenvolvimento da educação integral com referência à concepção de educação integral pensada por Anísio Teixeira,

[...] na qual as aplicações do método científico em situações de aprendizagem se caracterizam por um *continuum* experiencial, considerando a aquisição do saber como fruto da reconstrução da atividade humana a partir de um processo de reflexão sobre a experiência, continuamente repensada e/ou reconstruída (P.P.P., 2005, p. 41).

As abordagens do documento oficial alinham-se às percepções dos entrevistados de que, há um avanço notório de mudanças na formação dos estudantes e, conseqüentemente, pode refletir na sua formação para cidadania, pois qualquer evolução por mais simples que seja, reflete nas possibilidades de transformação da vida do indivíduo.

A terceira categoria versou o entendimento sobre a concepção da palavra cidadania. O que exatamente essa questão buscou saber foi qual a concepção de cidadania adotada pelos participantes do estudo na formação dos estudantes. Das respostas extraídas destacam-se:

“É a capacidade de exercer os direitos e deveres como pessoa consciente” (Gestor Escolar).

“É uma construção de postura diante dos direitos e deveres sociais que tem na escola uma importante possibilidade de construção/reconstrução dos princípios democráticos, os quais receberam ampliação da cidadania” (Coordenadora Pedagógica).

“Ser cidadão é gozar de plenos direitos e deveres que uma sociedade lhe impõe” (Professor 01).

“É a que dá direito e deveres aos estudantes dentro da escola, da comunidade” (Professor 02).

“Consciência de sua responsabilidade com direitos e deveres, que culmina em comportamento esperado pela sociedade” (Professor 03).

Nas falas reveladas, embora apresentem uma diversidade de entendimento sobre a palavra cidadania, é notória a preocupação dos entrevistados no que diz respeito a orientações de direitos e deveres como elementos fundamentais na formação da cidadania, o que requer uma harmônica integração entre princípios, critérios, normas e métodos para abordagem da temática no cotidiano das atividades no ambiente institucional.

Esta integração possibilita uma relação dialógica por meio da relação entre professores e alunos incluindo todos os atores envolvidos pelo fazer cotidiano no ambiente institucional, estendendo-se, sempre que possível, às famílias e comunidades.

Na categoria seguinte, verifiquei a preocupação sobre o eixo político pedagógico que corresponde à educação para a cidadania enquanto tema importante na educação integral. É nessa perspectiva que se discute a quarta categoria: Cidadania como tema transversal prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e como esta temática é inclusa na rotina das atividades desenvolvidas na Escola Parque.

“A cidadania precisa ser tema de apreciação e discussão em qualquer modalidade de ensino (...) em toda e qualquer atividade o tema poderá ser abordado. Cidadania é tema inerente à formação do aluno” (Gestor Escolar).

“Todos os nossos projetos estimulam os estudantes a reflexão acerca do seu papel social dentro e fora da escola, valorizando suas produções artísticas como também as de seus colegas, assim como regras/normas, direitos e deveres. As atividades incluem debates, aulas expositivas, apreciação de obras de artes, análise fílmica, uso adequado das novas tecnologias” (Coordenadora Pedagógica).

“O tema cidadania é fundamental na educação como um todo, porém em se tratando de educação integral o corpo docente trabalha e desenvolve os alunos para a importância do tema em suas vidas, portanto é trabalhado em todos os momentos das atividades, nos simples atos que venham a ir de encontro ao seu direito ou ao do outro” (Professor 01).

“O exercício da cidadania liberta, por isso trabalho reflexões sobre respeito ao semelhante, a importância do cuidado com o meio ambiente, contribuindo com a formação de um aluno reflexivo, crítico e criativo. Quando tocamos uma música, sabemos porque estamos tocando” (Professor 02).

“Em se tratando de educação integral existe uma integração maior em relação à temática cidadania, pois enfatizamos o respeito mútuo, orientando

os alunos para inserção nos diversos espaços da sociedade e seu papel enquanto cidadão no mundo” (Professor 03).

As respostas apresentadas retratam atitudes que estabelecem a coerência entre a proposta e a prática, e que não comprometem a autonomia e a criatividade de cada profissional no que prevalece à dimensão coletiva e democrática da proposta de educação integral idealizada por Anísio Teixeira.

A quinta categoria discutiu o Projeto Político Pedagógico abarcando os aspectos da educação integral contemplados nas ações desenvolvidas no ambiente escolar. As respostas sinalizam que os pressupostos filosóficos de Anísio Teixeira no que se refere aos fundamentos de uma escola democrática estão sendo preservados e colocados em prática na escola pesquisada.

“A Escola Parque é uma escola de educação integral. Desde sua essência foi criada para esta finalidade e o P.P.P. é o documento que formaliza no seu teor todos os aspectos da educação integral” (Gestor Escolar).

“O P.P.P. é a Carta Magna da escola. Ele representa a sistematização das nossas concepções de escola, de homem, de ensino-aprendizagem. E como nosso foi uma construção coletiva e participativa, representa de fato nossa realidade. A Escola Parque está ancorada na filosofia anisiana mantendo a interlocução entre a Escola Parque e as Escolas Classes” (Coordenadora Pedagógica).

“O nosso P.P.P. é excelente, porém diante do cenário político atual do nosso País estamos muito distante de obter resultados como as de ação concreta que favoreçam a convivência harmoniosa e interativa entre os atores do processo ensino-aprendizagem, como está citado no teor do documento institucional. Contudo, mantemos acesas reflexões sobre a práxis pedagógica do Centro, valorizando os aspectos que concerne à educação integral” (Professor 01).

“O P.P.P. é o caminho norteador das práticas pedagógicas do corpo docente da escola. Procuro contemplar os aspectos da educação integral proposta no documento de referência no tocante a compreensão de leitura de mundo visual e auditivo através da musicalidade, pois estimula o observar, o ouvir, analisar, criar e recriar” (Professor 02).

“O P.P.P. é um instrumento norteador das ações a serem exercidas por toda comunidade escolar. No fomento a educação integral procuro estimular a participação nas atividades desenvolvidas pelo Centro através de apresentações de trabalhos didáticos, realização de palestras que possibilitem a reflexão” (Professor 03).

As respostas das entrevistas consideram o Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque, como um elemento norteador da organização do trabalho escolar que assegure o sucesso da aprendizagem dos

alunos através de uma escola prazerosa e de qualidade ampliando sua função social do educar.

Essas opiniões alinham-se aos princípios e diretrizes teóricas da Educação Integral, que propõem qualificar a educação pública de tempo integral de forma democrática, crítica, articulando saberes na escola e para além da escola, como sustenta Jaqueline Moll (2009). Para a autora a educação integral implica

[...] considerar a questão das variáveis tempo, com referência à ampliação da jornada escolar, e espaço, com referência aos territórios em que cada escola está situada. Trata-se de tempos e espaços escolares reconhecidos graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagem, para a reapropriação de espaços de sociabilidade e de diálogo com a comunidade local, regional e global (MOLL, 2009, p. 18).

É válido ressaltar a missão do Centro Educacional Carneiro Ribeiro que “consiste em oferecer ao aluno um retrato de vida em sociedade, com as suas atividades diversificadas, o aprender a aprender e a ser, através das experiências de estudos e de ações responsáveis no mundo” (P.P.P., 2005, p. 40), encontrando-se em consonância com o artigo 1º, §2º, da L.D.B. (1996), que explicita que a educação escolar “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”.

Com isso, o Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque, fundamentado na filosofia educacional proposta pelos educadores John Dewey e Anísio Teixeira, considera a aquisição do saber como fruto da reconstrução da atividade humana a partir de um processo de reflexão sobre a experiência, continuamente, repensada e/ou reconstruída.

As respostas, aqui, apresentadas ratificam a percepção dos entrevistados em relação à importância do P.P.P. como resultante de uma história refletida com base na experiência institucional problematizada pela cultura educacional, suas tradições e finalidades.

Como ressaltado, anteriormente, no final de cada categoria discutida, foi gerada uma sentença (resumo) sobre a ideia (ou ideias) geral das reflexões. A partir dessas sentenças, têm-se as percepções dos entrevistados sobre a educação integral.

Categoria 1 – educação integral está para além dos conteúdos que fazem parte dos componentes curriculares pertencentes ao núcleo comum da educação.

Categoria 2 – a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola contribui com a melhoria do rendimento escolar, mas, ainda, não atinge o grau de expectativa esperado pela escola.

Categoria 3 – a concepção de cidadania está vinculada a consciência de direitos e deveres.

Categoria 4 – o tema cidadania é considerado importante na modalidade da educação integral e deve dialogar com todas as áreas de conhecimento.

Categoria 5 – o P.P.P. é elemento norteador da organização do trabalho escolar e de qualificação da educação pública na perspectiva da educação integral.

Considerando os núcleos conceituais de cada categoria, podem-se inferir, conforme Bardin (2011), as seguintes percepções dos entrevistados sobre a educação integral: na categoria 1, destacam-se educação integral e ampliação dos conteúdos curriculares; na categoria 2, ampliação de tempo na escola e melhoria no rendimento escolar.

As categorias 3, 4 e 5, por aglutinarem sentidos equivalentes (BARDIN, 2011) possibilitam uma vinculação dos sujeitos da pesquisa ao Projeto Político Pedagógico e a formação do estudante para a cidadania, como propõe o objeto da pesquisa que se define como um elemento norteador da organização do trabalho escolar e qualificação da educação pública no processo de formação integral do aluno.

Esses resultados da pesquisa foram possíveis pelas respostas dos entrevistados que, pela técnica de análise de conteúdo fiz interpretação e inferências a partir dos conteúdos das respostas. O instrumento de coleta de dados por meio de questionário misto com questões abertas e fechadas favoreceu a coleta de dados sendo possível atingir os objetivos do estudo.

A obtenção dos dados primou por um cuidado da pesquisadora quanto às informações dos respondentes do estudo garantindo a ética e o rigor científico em todo o percurso do processo de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre educação integral e a formação para a cidadania, objeto desta investigação, não se esgota com este trabalho, e as considerações finais, aqui, apresentadas. Entretanto, é necessária a retomada de discussão sobre o papel da escola pública e seu caráter democrático, enquanto direito de todos e dever do Estado. A escola tem como função social a construção do saber de forma sistematizada além da formação humana e esta deve assegurar a todos os partícipes do processo a aquisição de conhecimentos necessários à formação da cidadania.

A intenção da pesquisa realizada, entre o período de 2015 e 2016, foi trazer a tona os ideais e princípios de Anísio Teixeira na defesa da escola pública laica e democrática nesta escola. Para Anísio Teixeira a educação formal tradicional tinha um modelo conteudista, que trazia a subjetividade e a razão como principais objetivos da escola e em contra partida a escola no modelo oficina trazia o conhecimento mais empírico. Nesse sentido, reunir essas duas realidades num só espaço poderia e pode ser um ato para o fomento à ciência tendo em vista que o conteúdo sem a prática se desassocia. E a Escola Parque é um caso real evidenciando que é possível esta realidade.

A articulação entre os saberes escolares e o mundo prático, o mundo do trabalho dá um sentido à construção da identidade e pertencimento a uma determinada realidade. Realidade aqui entendida como a sociedade civil que tem expectativas que a escola cumpra a sua função social no intuito da promoção de saberes instituídos em prol do paradigma da pós modernidade e das novas tecnologias que contribuem no processo de formação para a cidadania.

Os princípios norteadores para a educação democrática foram referenciados na pesquisa através da observação não participante o que evidenciou a presença linear e constante no marco legal da instituição contidos no Projeto Político Pedagógico, caracterizado pela identificação das competências e habilidades dos estudantes nas dimensões sócio-afetivas, metacognitivas, psicomotoras e produtivas.

Nesse sentido, retomando as indagações básicas, que deram fruto à origem dos objetivos que legitimaram este trabalho, apresento algumas reflexões concernentes às considerações finais do estudo realizado.

Analisar a concepção de educação integral, no Brasil, ressaltando as nuances existentes entre legislações, decretos e portarias, revelou-se instigante e, ao mesmo tempo, desafiadora, pois estimulou uma aproximação teórica no que diz respeito a aspectos relacionados ao debate atual de educação integral e à possibilidade de análise de uma proposta educacional de publicação não muito recente.

Para o alcance dos objetivos propostos, trilhei caminhos das pesquisas documental e bibliográfica, além da metodologia de Análise de Conteúdo para compreender a concepção de educação integral desenvolvida no campo empírico de estudo – o Centro Educacional Carneiro Ribeiro – conhecido como Escola Parque do município de Salvador, na Bahia, no bairro da Caixa D'Água.

Na introdução, apresentei as motivações que me levaram a estudar a temática educação integral, um percurso pessoal que iniciou desde a graduação em Serviço Social e, em seguida, amadurecida na graduação de Pedagogia.

Ao ter aproximação com o campo empírico de estudo, fruto de uma visita técnica proporcionada pela professora Dr.^a Kátia Siqueira de Freitas, eu, ainda, na condição de aluna especial do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, tive a convicção da importância de contribuir para o fomento do debate sobre a filosofia de educação idealizada por Anísio Teixeira. Aponto, nessa etapa, o tema, o objeto, a pergunta de partida, as questões secundárias, a justificativa do estudo e os objetivos, além dos aspectos teóricos e metodológicos que respaldaram a pesquisa.

O primeiro objetivo específico da pesquisa teve como finalidade discutir a concepção de educação integral a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/Ba com base nos marcos legais da política de educação brasileira.

Com base nos pressupostos teóricos, a educação integral pode servir enquanto instrumento ideal da emancipação humana universal e de formação para a cidadania, a partir da qual a liberdade humana se torne genuína, isto é, na vida real e a partir da qual podem se desenvolver homens omnilaterais, e não mais homens unilateralizados pela divisão capitalista do trabalho. Sem superação da sociedade do capital, nunca poderá haver mudanças substanciais na esfera educacional da

sociedade, mas a crítica ontológica desta esfera na sociedade do capital pode estabelecer um elo entre o presente e o futuro.

O segundo objetivo estabeleceu relações entre o Projeto Político Pedagógico e o processo de formação do estudante para o exercício da cidadania. A própria concepção do P.P.P. analisado, enquanto instrumento estruturante para o processo de formação da cidadania apresentou-se como um desafio às ponderações sobre o tema, o que, por outro lado, foi um estímulo à investigação.

A proposta contida no P.P.P. concebe a educação integral como forma de desenvolver integralmente o educando. Para tal, propõe a oferta de atividades socioeducativas que se estabelecem no espaço educativo, intra, inter ou extraescolar, no contraturno da jornada ampliada.

Destaco, ainda, a participação de parceiros da escola, entendo, dessa forma, que a família, a comunidade e a sociedade civil contribuem e fazem parte de todo processo educacional. No que tange ao caráter intersetorial, evidencia-se a necessidade da atuação conjunta de políticas públicas em prol da educação, possibilitando maiores recursos (físicos, financeiros, humanos).

A responsabilidade atribuída à escola configura-se como uma realidade, no cenário de políticas públicas e, compete aos pesquisadores a difícil missão de compreendê-las, questioná-las e buscar caminhos que conduzam ao oferecimento de uma educação integral de qualidade, pois para que ocorra o desenvolvimento integral de um indivíduo são necessários diferentes lugares e momentos, visto que a educação é um processo que acontece ao longo da vida.

Na sequência da pesquisa de campo, a partir dos contatos realizados com professores da educação integral, percebi que eles são educadores que investem no processo de acompanhamento do seu aluno, criando condições que favoreçam o desenvolvimento de potencialidades que sejam capazes de possibilitar que indivíduo construa, contextualize, crie hipóteses e improvise. Os conteúdos curriculares são trabalhados de forma prazerosa, despertando interesse e curiosidade aos educandos.

No desenvolvimento das atividades na instituição pesquisada constatei que os educadores utilizam atividades lúdicas como instrumento facilitador da aprendizagem e da construção da autoestima e de valores, tais como respeito na

interação com outro e responsabilidades enquanto eixos estruturantes para formação da cidadania.

A equipe pedagógica da escola Parque considera que o uso de atividades diversificadas é um instrumento motivador que permite ao aluno compreender a estrutura e o funcionamento de si próprio, possibilitando atuar com maior expressividade, autonomia, inteligência e sensibilidade, pois essa liberdade transporta-o para dentro de muitas situações, nas quais ele pode criar, vivenciar de forma diferente e reelaborar muitas questões da vida cotidiana.

Um dado interessante identificado, durante o período de observação, diz respeito à importância dada pela gestão escolar à formação do educador para esta modalidade de ensino, que exige pensar em um educador competente dos pontos de vista técnico, humano e político, que saiba situar-se e interagir com os educandos, crítico em relação à ciência, à tecnologia e às relações sociais, para ler o mundo presente e passado. Nesse sentido, a Escola Parque tem investido, constantemente, em palestras, oficinas pedagógicas de formação continuada e de incentivo à pesquisa.

Para a efetivação da proposta de educação integral, idealizada por Anísio Teixeira, o desafio torna-se, ainda, maior com as demandas trazidas no Plano Nacional de Educação (Lei n.13.005/2014), que estabelece em sua 6ª meta para a educação integral a diversificação do currículo e a ampliação dos espaços e agentes educativos, conectando a escola a uma ampla rede de proteção e efetivação dos direitos e oportunidades educativas para os estudantes.

Em relação ao terceiro objetivo, identificou os desafios do Projeto Político Pedagógico para a implementação da educação integral e a formação da cidadania na Escola Parque. Desafios que se interrelacionam com a vida cotidiana dos partícipes dessa modalidade de educação e que reflete na vida em sociedade.

A educação integral tem como um dos principais desafios a construção de um currículo mais articulado com saberes integrados em que as experiências dialoguem e componham uma aprendizagem, ou seja, compatível com as demandas da educação integral e esta não pode estar desvinculada da vida dos estudantes.

A análise de conteúdo possibilitou a compreensão de conceitos e ações contidas no P.P.P. da Escola Parque e sua operacionalização no sentido de manter acesa a filosofia de educação integral de Anísio Teixeira.

As análises descritas nas categorias apresentadas no capítulo 2 indicam que a concepção de educação integral, materializada pela Escola Parque, parte do princípio de que as ações desenvolvidas na rotina institucional estão evidenciadas no projeto político-pedagógico da escola, podendo ser realizadas em espaços educativos diversos, inclusive nas Escolas-Classes e na comunidade, e são a concretização prática dos ideais de Anísio Teixeira desde 1960.

Contudo, a discussão sobre a concepção de educação e cidadania é crucial para a compreensão do conceito de emancipação social. A sociedade brasileira convive, hoje, com desmontagem de promessas constitucionais quando observamos a destituição de direitos incluindo o direito à educação na perspectiva de formação para a cidadania e emancipação social do sujeito.

O trabalho realizado na Escola Parque se desenvolve através de técnicas de dinâmica de grupo utilizadas com o intuito de possibilitar que todos os atores deste processo, possam vivenciar experiências que facilitem seu autoconhecimento, autoestima e autocuidado para construção de sua identidade e uma inserção mais digna no mundo.

Quanto às ações desenvolvidas na Escola Parque e os resultados alcançados, enfatizo que a ação educativa se desenvolve na perspectiva de criar condições para o adolescente iniciar-se no mundo do trabalho, através da realização de oficinas de iniciação profissional e implementando oficinas lúdico culturais com o objetivo de estimular o gosto pela arte, à valorização, a identidade cultural e a prática do esporte como atividade educativa.

Nestas oficinas há atividades de formação para a cidadania, entendida como objetivo fundamental dentro da proposta pedagógica voltada para educação integral da Instituição. Busca-se estimular no adolescente a formação de uma consciência cidadã, necessária ao processo de conquista efetiva da igualdade de direitos.

Entendendo cidadania como a condição de pertencer, de fazer parte, de estar integrado a uma sociedade de relações democráticas e baseadas na igualdade e na universalidade de direitos, a Escola Parque desenvolve uma ação educativa que tem como objetivo formar cidadãos, críticos e atuantes na sua realidade, conscientes dos direitos e responsabilidades que têm para consigo próprio e para a comunidade.

Este objetivo encontra barreiras para sua concretização que decorrem das relações que os adolescentes desenvolvem no seio familiar e em muitos casos não

possibilitam o lastro fundamental para sua socialização em comunidade. Outra dificuldade consiste no fato de residirem em localidades carentes onde existem diversas problemáticas sociais nas quais o adolescente está inserido. Diante desse contexto, procura-se vivenciar o reconhecimento e o respeito pessoal pautados em princípios de justiça e de equidade, enquanto referenciais para a construção coletiva da cidadania.

A atitude de constante diálogo, onde o educador não impõe, mas discute, observa, ouve, interage, coordena, facilita e estimula a pensar, expor suas ideias e interesses acontece de fato e parece ser a estratégia mais competente, não só para aquisição de conhecimentos, mas para lidar com o afeto, a autoestima e o exercício de limites. A utilização de atividades grupais possibilita a vivência de experiências reforçadoras do autoconhecimento e da autoconfiança o que demonstrou durante as observações da pesquisa estar sendo sem dúvida, base efetiva na construção de identidade e apoio para uma vida mais cidadã no mundo.

Diante da realidade pesquisada, das observações e diálogos com gestor, coordenador e professores, constatei que a proposta de educação integral no caso da escola em estudo, nas condições atuais, ainda, requer uma maior atenção para que de fato seja efetivada, pois diante dos problemas educacionais vividos pela realidade brasileira, certamente há muitos desafios a serem superados e direitos a serem conquistados para que a escola pública promova uma educação integral de qualidade.

A vivência orientada pela dialética entre direitos e deveres é fundamental pois vai conduzir o comportamento de indivíduos e grupos e promover a educação para a vida em sociedade. Regras de equidade e medidas de justiça são referenciais básicos nesta orientação. Só assim se caminha na elaboração de uma concepção de cidadania que resgate a igualdade a todos os seres humanos e ainda se constitua, por excelência, em estratégia na construção de uma sociedade melhor.

A educação integral e a formação para a cidadania são valores para a Escola Parque, supõe a construção coletiva de regras de equidade e justiça e o respeito a elas, merecendo este ponto um estudo mais aprofundado, para enfrentamento das contradições que emergem no processo educativo.

O trabalho com adolescente requer, então, uma ênfase na construção de valores como solidariedade, respeito e ética – bases da subjetividade – porque cidadania é o encontro e aproximação consigo próprio e com o outro.

O adolescente está constantemente na busca da sua dimensão pública e por isso no tempo de vivenciar exercícios plenos de cidadania. Neste sentido, no projeto pedagógico desenvolvido pela Escola Parque as atividades culturais e esportivas se constituem em mediações privilegiadas na formação cidadã.

Na área cultural os cursos e atividades são diversificados e cobrem amplamente quase todas as formas de expressão. As atividades realizadas têm qualidade, desenvolvendo não só o gosto estético, a criatividade, mas incentivando potencialidades e novos comportamentos.

As atividades esportivas não ganham o mesmo peso, em vista das quadras e equipamentos desgastados. As modalidades implementadas (futebol, vôlei, baleado) possuem, no entanto, grande alcance pedagógico, na composição coletiva de regras, no desenvolvimento da disciplina – no respeito mútuo e na cooperação – e são utilizadas mais como instrumentos lúdicos, do que como desenvolvimento esportivo em si.

Diante desses pressupostos, o estudo ratifica a proposta curricular desenvolvida pela Escola Parque a partir dos ideais de Anísio Teixeira na formação da cidadania dos alunos, pois na organização do trabalho pedagógico, articulam as contribuições de diversas áreas do conhecimento.

Os fundamentos mantidos pela concepção de educação integral apontam para formas mais dinâmicas de trabalho pedagógico, privilegiando situações desafiadoras de construção do conhecimento, através de resolução de problemas, da ênfase ao lúdico e na investigação com os alunos, partindo de temas de seu cotidiano.

Educar para a cidadania na perspectiva do modelo de educação integral idealizada por Anísio Teixeira e construir sucessos, constitui-se num grande desafio para a Escola Pública no atual momento da educação brasileira e baiana.

Considerando esse desafio é que o estudo realizado aponta que é crucial o papel da escola no processo de formação para cidadania com mobilizações pela democratização do Estado e da sociedade, incorporando conhecimentos, habilidades e competências técnicas, novas formas de cooperação e solidariedade,

pois o exercício da cidadania requer ações que sejam direcionadas para a habilitação social dos indivíduos para proteger-se contra a violência, a falta de assistência, a ausência de direitos sociais básicos, a opressão econômica, que os colocam numa esfera de sub-cidadania.

Apesar das políticas atuais e do Decreto n. 6253 de 13/11/2007, que dizem respeito à Educação Integral, ainda há entraves para sua efetivação. Entretanto, a Escola Parque mantém-se proativa com práticas exitosas através dos Núcleos de Aprendizagens diante dos pressupostos de Anísio Teixeira com vistas à formação da cidadania dos estudantes, promovendo uma educação significativa, relaciona as descobertas do cotidiano, num ambiente democrático de valorização da cultura e fortalecimento das identidades nos processos de construção do saber.

Finalizando minhas considerações, espero que esta pesquisa contribua com outras reflexões para aqueles que se lançam na missão de educar na esperança, em tempo de desencantos e que indagações não contempladas estimulem o desejo de novos pesquisadores de aprofundar a discussão mantendo a chama acesa da educação integral, memória viva de Anísio Teixeira.

REFERÊNCIAS

Referências citadas

BAHIA. **Programa de Educação Integral (PROEI)**. Salvador: Secretaria de Educação do Estado, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. Edições 70, 2011.

BENEVIDES, Maria Vitória de M. Cidadania e democracia. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 3, 1994. (Número especial).

BOFF, Leonardo. **Reconstruindo o bem comum**. Disponível em: www.leonardoboff.com.> Acesso em 24 de nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Educação Integral: Série Mais Educação**. Moll, Jaqueline (Org.). Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (2007-2022)**. Brasília, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 9.394/96. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança de Adolescente (Lei n.º 9089/1990)**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CELESTINO, A. da Silva. **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Rio de Janeiro: Autores Associados, 1996.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**. 18 ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Kátia Siqueira de. Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar. **Em Aberto**, Brasília, v.17, nº 72, p. 47-59, fev/jun, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GARCIA, Walter. **Educação**: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2009.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola**. Em Aberto, Brasília, v.22, n.80, p.65-81, ab. 2009.

HAGUETT, Teresa Maria Frota. **O cidadão e o Estado**: a construção da cidadania brasileira. Fortaleza: UFC, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1986. (Coleção educar).

LONGO, Elisandro. **Guia Prático para Elaboração de Fluxograma**. São Paulo: Editora Sicurezza, 2010.

MARANHÃO. Secretaria Municipal de Educação. Caderno do Professor. São Luís: Abapuru Consultoria e Planejamento em Educação, 2003.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, métodos e criatividade. 13 ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1993. 80p.

MOLL, Jaqueline (org.). **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC/Secad, 2009. (Mais Educação)

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários a Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

NAMO DE MELLO, G. Autonomia da escola: possibilidades, limites e condições. In: **Estado e Educação**. Campinas: Papirus/CEDES, 1992.

OLIVEIRA, Heloisa Helena de. **Proteção integral da criança e do adolescente é responsabilidade de todos**. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaio/colunistas/protecao-integral-da-crianca-e-do-adolescente-e-responsabilidade-de-todos/>. Acesso em 18/01/2016.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Ensinar e Aprender com Paulo Freire. 40 horas 40 anos Depois.** São Paulo: Cortez, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

SAMPAIO, Ídila Muniz G. G. Educação e classes populares: controvérsias e possibilidades. In: **DOMUS ON LINE**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 170-184, jul./dez. 2004.

SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** 27 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação e o Mundo Moderno.** 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. A educação e a crise brasileira. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político Pedagógico da Escola – uma construção possível.** 24 ed. São Paulo: Papirus, 2004.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** São Paulo: Fontes Editora, 1998.

Referências consultadas

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BAHIA, Carmem de Brito. Gestão Escolar e Educação Integral: um estudo de experiência atual no Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Salvador – Bahia – Brasil, 2008. 224f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 7083/10. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/.../8143-c-manual-pdde-2010-educacao-integral-pdf>> Acesso em 30 de mar. 2016.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: Uma nova identidade para a escola brasileira? In: **Educação e Sociedade**, vol. 23, nº 81, Campinas, dez. 2002, p. 247-270.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1996.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Cotidiano Escolar, Formação de Professores (as) e Currículo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANÇA, Magna & BEZERRA, Maura Costa (orgs). **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro/Anpae, 2009.

FREITAS, Kátia Siqueira de. Quem foi Anísio Teixeira? In: **Revista da Bahia**, Nº 31, Julho/2000, p. 84-90.

FREITAS, Kátia Siqueira de. Programa de Gestão Participativa: uma experiência de apoio às escolas públicas. In: **Bahia Análise e Dados**, Vol. 1, Salvador: superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1999, p. 34-43.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUZ, José Augusto Ramos da. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). **Tese (doutorado)** - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

MONTEIRO, Aida. Escola Pública e a formação para a cidadania: possibilidades e limites; 2000. Tese de Doutorado, USP-SP.

NOVAES, Ivan Luiz & CUNHA, Maria Couto. A Gestão Democrática da Escola Pública. In: **Bahia Análise e Dados**, Vol. 1, Salvador: superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1999, p. 14-19.

NÓVOA, Antonio (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação não é Privilégio**. 5 ed. Rio de Janeiro:UFRJ, 2007.

VIRGINIO, Alexandre Silva. **Escola e Emancipação: possibilidades emancipatórias do currículo escolar**. São Paulo: Editora Appris, 2012.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA GESTOR



SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA MESTRADO ACADÊMICO

QUESTIONÁRIO – GESTOR

I. IDENTIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Formação do Gestor entrevistado:
2. Tempo de atuação na Educação Básica:

II. ATUAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA PARQUE

3. Há quanto tempo atua como gestor nesta instituição?
4. Quais ações desenvolve nesta função?

III. O TEMA: EDUCAÇÃO INTEGRAL

Em observação realizada nesta unidade de ensino sobre a prática de educação integral, fomos informados de que o (a) senhor (a) atua nesta modalidade de ensino como gestor, sendo assim gostaria que respondesse algumas questões abaixo descritas acerca da sua visão sobre educação integral.

5. Qual a sua concepção de educação integral?

6. O que pensa sobre a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola pública? Por quê?

7. Com a ampliação do tempo de permanência, em relação ao rendimento escolar dos estudantes (obs: assinale a alternativa que melhor aproxima da sua realidade):

Melhorou, mas o rendimento não está tão satisfatório

Melhorou, o rendimento está muito satisfatório

Não alterou o rendimento

Comente sua experiência em relação à resposta assinalada _____

IV. O TEMA: CIDADANIA

8. Como você define a palavra cidadania?

9. Você considera o tema cidadania importante na modalidade de educação integral? Em quais aspectos?

10. Que atividades você considera pertinentes para o professor incluir o tema cidadania nas suas aulas

11. Como você avalia o interesse dos alunos por esta temática? Enumere por ordem de relevância de 1 a 5, sendo 1 o mais relevante e 5 não sabe responder.

Muito relevante

Suficientemente relevante

Pouco relevante

Não é relevante

Não sabe responder

V. O TEMA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

12. Qual sua concepção sobre o Projeto Político Pedagógico?
13. Em que aspectos a modalidade de educação integral é contemplada no PPP da instituição?
14. Que ações são desenvolvidas para justificar essa modalidade de ensino?
15. Tem algo a propor para ampliar ou modificar a formação do professor, nesta Instituição, no que diz respeito às temáticas: educação integral e cidadania?
16. Gostaria de acrescentar algo sobre o assunto tratado nesse estudo?

OBRIGADA!

Obs: Por gentileza, coloque a data. ____ / ____ / ____

Grata pela participação

Atenciosamente,

Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio

Tel: 99987.9504

E-mail: idilasocial@yahoo.com.br

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA COORDENADOR



SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA MESTRADO ACADÊMICO

QUESTIONÁRIO – COORDENADOR

I. IDENTIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Formação do coordenador entrevistado:
2. Tempo de atuação na Educação Básica:

II. ATUAÇÃO DE COORDENAÇÃO NA ESCOLA PARQUE

3. Há quanto tempo atua como coordenador nesta instituição?
4. Quais as ações que desenvolve nesta função?

III. O TEMA: EDUCAÇÃO INTEGRAL

Em observação realizada nesta unidade de ensino sobre a prática de educação integral, fomos informados de que o (a) senhor (a) atua nesta modalidade de ensino como coordenador (a) pedagógico (a), sendo assim gostaria que respondesse algumas questões abaixo descritas acerca da sua visão sobre educação integral.

5. Qual a sua concepção de educação integral?

6. O que pensa sobre a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola pública? Por quê?

7. Com a ampliação do tempo de permanência, em relação ao rendimento escolar dos estudantes (obs: assinale a alternativa que melhor aproxima da sua realidade):

Melhorou, mas o rendimento não está tão satisfatório

Melhorou, o rendimento está muito satisfatório

Não alterou o rendimento

Comente sua experiência em relação à resposta assinalada _____

IV. O TEMA: CIDADANIA

8. Como você define a palavra cidadania?

9. Você considera o tema cidadania importante na modalidade de educação integral? Em quais aspectos?

10. Que atividades você considera pertinentes para o professor incluir o tema cidadania nas suas aulas?

11. Como você avalia o interesse dos alunos por esta temática? Enumere por ordem de relevância de 1 a 5, sendo 1 o mais relevante e 5 não sabe responder.

Muito relevante

Suficientemente relevante

Pouco relevante

Não é relevante

Não sabe responder

V. O TEMA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

12. Qual sua concepção sobre o Projeto Político Pedagógico?
13. Em que aspectos a modalidade de educação integral é contemplada no PPP da instituição?
14. Que ações são desenvolvidas para justificar essa modalidade de ensino?
15. Tem algo a propor para ampliar ou modificar a formação do professor, nesta Instituição, no que diz respeito às temáticas: educação integral e cidadania?
16. Gostaria de acrescentar algo sobre o assunto tratado nesse estudo?

OBRIGADA!

Obs: Por gentileza, coloque a data. ___/___/___

Grata pela participação

Atenciosamente,

Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio

Tel: 99987.9504

E-mail: idilasocial@yahoo.com.br

APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES



SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA
MESTRADO ACADÊMICO

QUESTIONÁRIO – PROFESSORES

I. FORMAÇÃO

1. Formação do professor entrevistado:

II. ATUAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA PARQUE

2. Há quanto tempo atua como docente nesta instituição?

3. Qual a oficina desenvolve nesta escola?

4. Que outra (s) atividade (s) desenvolve na instituição?

III. O TEMA: EDUCAÇÃO INTEGRAL

Em observação realizada nesta unidade de ensino sobre a prática de educação integral, fomos informados de que o (a) senhor (a) atua nesta modalidade de ensino, sendo assim gostaria que respondesse algumas questões acerca da sua visão sobre educação integral.

5. Qual a sua concepção de educação integral?

6. O que pensa sobre a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola pública? Por quê?

7. Com a ampliação do tempo de permanência, em relação ao rendimento escolar dos estudantes (obs: assinale a alternativa que melhor reflete a sua realidade):

Melhorou, mas o rendimento não está tão satisfatório

Melhorou, o rendimento está muito satisfatório

Não alterou o rendimento

Comente sua experiência em relação à resposta assinalada _____

IV. O TEMA: CIDADANIA

8. Como você entende a palavra cidadania?

9. Como considera o tema cidadania importante na modalidade de educação integral? Por quê?

10. Como o tema cidadania é trabalhado nas suas aulas? Em quais situações?

11. Como você avalia o interesse dos alunos por esta temática? Enumere por ordem de relevância de 1 a 5, sendo 1 o mais relevante e 5 não sabe responder.

Muito relevante

Suficientemente relevante

Pouco relevante

Não é relevante

Não sabe responder

V. O TEMA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

12. Qual sua concepção sobre o Projeto Político Pedagógico?
13. Em que aspectos a modalidade de educação integral é contemplada no PPP da instituição?
14. Que ações são desenvolvidas para justificar essa modalidade de ensino?
15. Tem algo a propor para ampliar ou modificar a formação do professor, nesta Instituição, no que diz respeito às temáticas: educação integral e cidadania?
16. Gostaria de acrescentar algo sobre o assunto tratado nesse estudo?

OBRIGADA!

Obs: Por gentileza, coloque a data. ____ / ____ / ____

Grata pela participação

Atenciosamente,

Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio

Tel: 99987.9504

E-mail: idilasocial@yahoo.com.br

APÊNDICE D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Este é um convite para você participar como voluntário da pesquisa: **Educação Integral e Formação para a Cidadania: uma análise do Projeto Político Pedagógico à luz do pensamento de Anísio Teixeira**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio.

Esta pesquisa pretende analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/BA à luz do pensamento de Anísio Teixeira com relação à educação integral e a formação para a cidadania.

Responder a esta pesquisa não envolverá riscos significativos a você, além da expressão da sua opinião. Para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, a entrevista garantirá o seu anonimato. Todas as informações obtidas serão sigilosas, guardadas por cinco anos em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes.

Esclarecemos que, você terá a liberdade de participar ou não do estudo, bem como, retirar seu consentimento, caso em qualquer momento não deseje mais participar. A sua participação neste estudo não trará nenhum ganho financeiro, mas estará colaborando para as discussões acerca da qualidade do ensino básico no Brasil. Também não acarretará despesas e nem danos para você.

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável através do e-mail: idilasocial@yahoo.com.br ou telefone (71) 99987.9504; ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa da UCSAL: na Av. Cardeal da Silva, n. 205, Federação, Salvador/BA, CEP: 40231-902.

Ao assinalar a opção "ciente, concordo em participar", a seguir, você atesta sua anuência com esta pesquisa, declarando que compreendeu seus objetivos, a forma como ela será realizada e os benefícios envolvidos, conforme descrição aqui efetuada.

Ciente, concordo em participar. Ciente, não concordo em participar.

Assinatura: _____

ANEXO 01 – CARTA DE ANUÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO
ESCOLA PARQUE

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

– Código da Escola – 01511
DECRETO Nº 14.104 – DO de 16/08/2012
Rua – Saldanha Marinho, n.º 134, Caixa D'água, Salvador / Ba
Tel.: (71)3233-7399 – Telefax: (71) 3244-1025 – CEP: 40.323-010

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) **Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa Educação Integral e formação para cidadania: uma análise do Projeto Político Pedagógico à luz do pensamento de Anísio Teixeira, que está sob a orientação da Prof. (a) Dr^a Kátia Siqueira de Freitas cujo objetivo é analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/BA à luz do pensamento de Anísio Teixeira com relação à educação integral e a formação da cidadania, no Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque.

A aceitação está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/2012, comprometendo-se a utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa.

Salvador/BA, 06 de julho de 2016.

Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio
 Nome/assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

Nome/assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

ANEXO 02 – DECLARAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO INTEGRAL E FORMAÇÃO PARA CIDADANIA: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO À LUZ DO PENSAMENTO DE ANÍSIO

Pesquisador: Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59357916.0.0000.5628

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.762.751

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e descritiva, mediante análise documental e de conteúdo. Os participantes da referida pesquisa serão três professores, um coordenador pedagógico e um gestor, membros da Instituição de Ensino Escola Parque.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados consistirão em questionário, observação não participante e análise de documentos disponibilizados pela instituição pesquisada.

O estudo busca realizar uma reflexão da teoria e prática, no intuito de perceber o movimento e possíveis desafios que apareceram na operacionalização da proposta curricular da Educação Integral e sua contribuição na formação do estudante, para o exercício da cidadania.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos:

Primário:

Analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/BA à luz do pensamento de Anísio Teixeira com relação à educação integral e

a formação da cidadania.

Objetivos Secundários:

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205

Bairro: Federação

CEP: 40.231-902

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR



Continuação do Parecer: 1.762.751

- Discutir a concepção do Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/BA com base nos marcos legais da política de educação brasileira.
- Estabelecer relações entre o Projeto Político Pedagógico e o processo de formação do estudante para o exercício da cidadania.
- Identificar os desafios do Projeto Político Pedagógico para a implementação da educação integral e a formação da cidadania na Escola Parque de Salvador/BA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A presente pesquisa não envolverá riscos significativos aos participantes, além da expressão da sua opinião. Para minimizar qualquer desconforto e manter a privacidade dos mesmos, a entrevista garantirá o seu anonimato. Todas as informações obtidas serão sigilosas, guardadas por cinco anos em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes. Será esclarecido aos sujeitos envolvidos na pesquisa a liberdade de participar ou não do estudo, bem como, retirar seu consentimento, caso em qualquer momento não deseje mais participar. A participação neste estudo não trará nenhum ganho financeiro, mas estará colaborando para as discussões acerca da qualidade do ensino básico no Brasil. Também não acarretará despesas e nem danos para os envolvidos.

Benefícios:

A pesquisa visa contribuir para a construção do conhecimento sobre a educação formal enquanto política pública na perspectiva da educação integral e formação do estudante para o exercício da cidadania, seu protagonismo e emancipação social enquanto sujeito de direitos. Busca-se a construção de um produto que possa ser apreciado de forma contributiva para o repensar da função social da escola, a educação integral e o processo de formação para a cidadania numa sociedade mutável e em constante processo de transformação, além de ser um contributo para a melhoria da gestão da escola pública.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa sobre a Educação Integral e a formação para a cidadania é um tema de grande relevância no campo da educação. A autora apresenta uma excelente fundamentação teórica, a partir de textos dos melhores estudiosos da temática. A proposta do trabalho propicia a indagação sobre as ações desenvolvidas no espaço educacional. No cotidiano do trabalho escolar identifica-se a riqueza de saberes construídos a partir da relação ensino/aprendizagem, utilizando saberes específicos de cada profissão (conteúdos curriculares) e de saberes nascidos da experiência singular de cada ator no contexto social em que estão inseridos.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205
 Bairro: Federação CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR**



Continuação do Parecer: 1.762.751

A proposta da educação integral defende um espaço diferenciado para pensar as dificuldades na realização da articulação dos saberes, no âmbito dos componentes curriculares, privilegiando o diálogo entre os saberes, a partir da experiência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou todos os termos necessários segundo a Resolução 466/12 do CNS.

Recomendações:

Recomenda-se no TCLE que a pesquisadora insira o nome da orientadora e se autodenomine pesquisadora e não pesquisador conforme TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendência.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do colegiado, ocorrida em 05/10/2016, fica deliberado que o projeto se encontra aprovado, tendo sido acatado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_767595.pdf	25/08/2016 10:37:13		Aceito
Outros	Instrumento_03.pdf	25/08/2016 10:34:22	Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio	Aceito
Outros	Instrumento_02.pdf	25/08/2016 10:33:27	Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio	Aceito
Outros	Instrumento_01.pdf	25/08/2016 10:32:00	Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TCLE2.pdf	25/08/2016 10:28:29	Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	25/08/2016 10:17:14	Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/08/2016 10:12:49	Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	25/08/2016 10:07:25	Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	25/08/2016 10:06:29	Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio	Aceito

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205

Bairro: Federação

CEP: 40.231-902

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Continuação do Parecer: 1.762.751

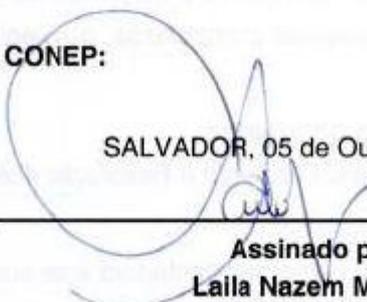
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 05 de Outubro de 2016



Assinado por:
Laila Nazem Mourad
(Coordenador)